



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Ata n.º 11/2022

Sessão Extraordinária Temática de 18 de julho de 2022

Aos dezoito dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas, na Sala da Assembleia Municipal – Edif.º Eng.º Duarte Pacheco, deu-se início à Sessão Extraordinária Temática da Assembleia Municipal de Loulé, com a participação da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve convocada ao abrigo do artigo quadragésimo segundo do Regimento, presidida pelo Presidente da Assembleia, Carlos Jorge dos Santos Silva Gomes, com a seguinte Lista de Presenças e Ordem de Trabalhos:-----

Lista de Presenças: -----

21 Deputados Municipais do PS- Carlos Jorge dos Santos Silva Gomes (Presidente da Assembleia), Fábio Miguel Cortes Nobre (em substituição de Joana Guerreiro da Conceição), Fernando Pereira Marques (2º secretário que substituiu a 1ª Secretária), Maria Esteves Ferreira Lourenço, Carlos Manuel Pontes Costa, Pedro de Morais Lobo Martins Julião, Elisabeta Ecaterina Necker (que desempenhou as funções de 2ª Secretária), Abel Filipe dos Santos Matinhos, José Miguel Almeida Monteiro, Maria João Carapeto Tavares, Márcio Alexandre Bandeira Fernandes, Núria Inês Rey Machado, José João Magalhães David (em substituição de João Pedro Medeira Cabrita), Marco Jorge de Freitas Matos Ferreira, Joaquim João Pinheiro Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Almancil), António Francisco Ferreira Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Alte), José Fernando Florinda Carrusca (Presidente da Junta de Freguesia do Ameixial), Nelson Joaquim Caetano Brazão (Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime), Telmo Manuel Machado Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira), André Teixeira Correia (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de S. Clemente) e Analídio Correia da Ponte (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião);-----

8 Deputados Municipais do PSD- Victor Manuel Matos Coelho (em substituição de Eleutério João Pedro Rocheta), João Carlos Dias dos Santos, Bárbara Maria do Amaral Correia, Hélder Faísca Guerreiro (em substituição de Márcio Alberto Morgado Pires Rodrigues), Miguel Baguinho Coelho (em substituição de Cláudia Isabel Martins Mendes), João José Paixão Carvalho Ferreira, Francisco André Pereira Rodrigues (Presidente da Junta de Freguesia de Salir) e Maria Margarida Renda Correia (Presidente da União das Freguesias de Querença/Tôr/Benafim);-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

1 Deputada Municipal do Partido Chega- Sandra Margarida de Melo Pereira Ribeiro;

1 Deputado Municipal do BE- Carlos José da Silva Martins; -----

1 Deputado Municipal do CDS- António José Mendes Pinto Farrajota; -----

1 Deputada Municipal da CDU- Carla Sofia Osório Gomes; -----

1 Deputada Municipal do PAN- Ana Luísa Poeta Simões; -----

Estiveram presentes pelo executivo da Câmara o **Presidente da Câmara**, Vítor Aleixo, a Vice-Presidente, Ana Machado e os Vereadores, Abílio Sousa, Carlos Carmo, Marilyn Zacarias, David Pimentel, os Vereadores do PSD, Cláudio Lima (em substituição de Rui Cristina) e João Paulo Sousa. O Vereador do CHEGA, Fernando Santos, por motivos de saúde não esteve presente.-----

Pela CCDR, o Presidente, José Apolinário, o Vice Presidente, Arq.º José António Pacheco e a Vice Presidente, Dra. Elsa Cordeiro.-----

Faltou o Deputado Vitor Cristiano da Piedade Ferreira (PS) (não tendo sido pedida substituição) e a Deputada Sandra Marisa Godinho de Oliveira e Castro (CHEGA) (não tendo sido pedida substituição). -----

Tendo sido verificada pela Mesa da Assembleia a existência de quórum deliberativo, o **Presidente da Assembleia Municipal**, deu início à Sessão, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

----- 1- Período da Ordem do Dia;-----

a) – **Estratégia Regional 2030** relativa ao Ponto de situação na implementação e aceleração da execução do Programa Operacional Regional – Portugal 2020, implementação do Plano de Resiliência na Região e desenvolvimentos na preparação do Portugal 2030;

b) – **Articulação inter-serviços e perspetiva de trabalho** abertas pelo Programa do XXIII Governo Constitucional em matéria da melhoria da eficácia e eficiência dos serviços públicos da Região;

c) – **Ordenamento do Território**, designadamente com a adaptação dos Planos Diretores Municipais nos termos Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio, na sua redação atual;

A Sessão teve início, começando o **Presidente da Assembleia**, por cumprimentar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

todos os presentes e aos que acompanham por via digital e dando de imediato a palavra ao Presidente da CCDR para fazer a sua apresentação.....

O **Presidente da CCDR, José Apolinário**, começou por cumprimentar todos os presentes e agradecer terem aceite este pedido por parte da CCDR e referiu que é com muito gosto que está hoje presente nesta Assembleia.

Iniciou a apresentação, com o enquadramento, referindo que em 2020, por Decreto-Lei do Governo e por Lei da Assembleia da República, foi alterada a Lei Orgânica das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, prevendo-se que o Presidente fosse eleito por um colégio eleitoral, composto por todos os autarcas da região e o Vice-Presidente, indicado e votado pelos Presidentes de Câmara e outro Vice-Presidente designado pelo Governo, no quadro do acordo, que juntou autarcas dos 2 Partidos mais representativos na região, o PS e PSD. Nesse quadro foi assumido desde o início que se pretendia ao longo do mandato que é até ao final de 2024, pelo menos realizar 2 reuniões de balanço e de prestação de contas, em reunião, juntando a Câmara Municipal, a Assembleia Municipal e os Presidentes de Junta de Freguesia.

Esta reunião é a 6ª, as outras serão realizadas nos meses de setembro e de outubro, fazendo estas reuniões nas 16 Assembleias Municipais da região. Referiu ainda a cooperação com o município de Loulé, na pessoa do Dr. Vítor Aleixo, que no Quadro Institucional é também o Presidente do Conselho Regional, estrutura essa a que se deverá prestar informação e contas do Quadro Regional, que junta os 16 Presidentes de Câmara, mais a Universidade, mais parceiros sociais e também a ANAFRE por parte das Juntas de Freguesia.

Foi feita a Apresentação - Lei n.º 37/2020 de 17/08 (revisão) Orgânica das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional em PowerPoint, a qual se anexa à presente Ata e que dela passa a fazer parte integrante como “Anexo A”.

Terminou dizendo que este era o ponto de situação do Quadro Financeiro e do Programa Operacional 20-30, sendo as prioridades em primeiro a Sustentabilidade, mais de 40% das verbas estão no eixo da Sustentabilidade, nas suas diferentes vertentes. Segundo, as qualificações, responder ao desafio das qualificações, referindo que a nível nacional, entre os 18 e os 24 anos, o número de jovens que estão no ensino superior são 40% e no Algarve são 22%. A taxa dos trabalhadores entre os 30 e os 34 anos, com taxa de ensino superior, no Algarve são 35,6%, a nível nacional 39,8, existindo aqui um desafio do ponto de vista das qualificações absolutamente essencial. Aumentou-se o contributo na área da investigação e ciência e se deste conjunto de Fundos, se atingir dos 0,49% e se atingir 1%, já se daria por bem empregue todos estes esforços.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Os Fundos Europeus, são para fazer diferente, não são um sucedâneo do orçamento municipal nem um apoio à tesouraria das empresas, procuram ser um impulso para ganhar maior competitividade no sentido de fomentar edificação, ganhar mais qualificações, cumprindo o princípio da adicionalidade, contando com a presença de todas as entidades envolvidas, empresas, universidade, municípios e freguesias, para ser parte neste desafio, na boa utilização destes Fundos, que porventura será com a conjugação dos Programas Operacionais Regionais, Programas Temáticos e o Plano de Recuperação e Resiliência, será um dos últimos pacotes financeiros que Portugal vai ter acesso. Mencionou que é necessário executar 35% até ao final do Quadro, sendo esse um desafio que mobiliza a todos, todos os dias.-----
Colocou-se à disposição para responder a quaisquer questões que os Deputados queiram colocar.-----

Finda a apresentação, o **Presidente da Assembleia**, agradeceu o envio antecipado da Apresentação, o que possibilita e permite a preparação e o trabalho dos senhores Deputados. -----

No sentido de ser dispensada a chamada dos Deputados Municipais, utilizou uma breve súmula das presenças e das substituições e foi colocado à votação se dispensam a realização da chamada nominal. Foi aprovada por unanimidade a dispensa da chamada nominal. -----

Para coadjuvar os trabalhos na mesa, nas funções de **2a secretária**, foi solicitada a colaboração da deputada **Elisabeta Ecaterina Necker**. -----

Pedi para intervir o Deputado **Carlos Costa (PS)**, dizendo que em nome do Grupo Municipal do PS de Loulé, cumprimentado a todos e felicitando na pessoa do senhor Presidente a CCDR Algarve, José Apolinário e os membros da Direção aqui presentes, pela iniciativa do pedido de reunião às Assembleias Municipais e Câmaras Municipais da região, e em particular na sessão de hoje, em Loulé. O compromisso com todos os autarcas representativos das populações de cada município, feito em setembro de 2020, aquando do processo eleitoral realizado a 30 de outubro de 2020, para as CCDRs em todo o país, para efeitos de ponto de situação e prestação de contas, do trabalho realizado em toda a região, em resultado da recente aprovação do Programa do Governo da República. -----

Colocou a questão do Cadastro Predial, que no concelho de Loulé, não ficou concluído na altura, e sugeriu à CCDR recomendar ao Governo da República, sendo o PDM o instrumento do Ordenamento do Território e também como afirmou recentemente o 1º Ministro, na identificação da propriedade rústica, para efeitos de mitigar a causa dos incêndios florestais. -----

Para responder à questão colocada, usou da palavra o Vice-Presidente **José**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Pacheco, que disse que efetivamente o Cadastro do concelho de Loulé, não foi concluído na sua totalidade, mas que todas as pessoas que assim o desejarem, através, quer do Balcão Único, quer da Delegação que existe da Direção Geral do Território em Faro, continua o Cadastro, ele não foi interrompido, referindo que o Cadastro no Concelho de Loulé foi feito de uma forma massiva, junto da Câmara Municipal e das Juntas de Freguesia, na altura. -----

Solicitou a palavra o Deputado **Márcio Fernandes (PS)**, que depois de saudar a Mesa e os restantes Grupos Municipais, felicitou a CCDR por estar aqui hoje presente, apresentando as contas e o que está previsto para a região. Ficou com alguma preocupação no que respeita à coesão territorial, porque não viu nenhuma verba específica para o interior para o combate à desertificação e questionou se há alguma verba alocada para combate à desertificação do interior, tendo em conta que este será um dos últimos Planos. -----

Fez referência à suspensão da licença de atividade da Central de Resíduos, felicitando também pela rápida suspensão, contribuindo ali para que já não hajam mais fogos. -----

Foi cedida a palavra ao **Presidente da CCDR, José Apolinário**, que disse que com esta dimensão de Fundos, Plano de Recuperação e Resiliência, Planos operacionais Temáticos e Programas Regionais, sobre o interior, no ponto 5 estava referenciado, que haverá investimentos no quadro urbano e no quadro interior, 15 milhões de euros para melhorar a conectividade digital, corresponde a 60% de financiamento e aqui está-se a colocar 25 milhões de euros, para melhorar a conectividade digital no interior para fixar mais pessoas no interior. Por outro lado, em todas aquelas medidas, existem várias propostas de trabalho que serão desenvolvidas em relação ao interior; água, biodiversidade, serviços públicos. -----

Toda essa concretização, será objeto de uma contratualização com os municípios através da Comunidade Intermunicipal no âmbito do Objetivo 5- Políticas de Proximidade. Foram assinados os Acordos de Parceria entre o Estado Português e a Comissão Europeia, aí é definida a verba para cada Programa Operacional Regional, e por cada objetivo específico. O acerto dentro das medidas é um trabalho com a Comissão Europeia. -----

Referiu o desequilíbrio entre o litoral e o interior, sublinhando que o objetivo é criar condições para manter as pessoas no interior, nomeadamente o Observatório para o Envelhecimento Ativo em Alte, Rede de Aldeias Digitais, com estes Fundos e com o Plano de Recuperação e Resiliência na área da habitação, Estratégias Locais de Habitação. -----

No papel de dinamização da CCDR, tem-se procurado atingir o objetivo de que os 16 municípios do Algarve, tenham Estratégias Locais de Habitação aprovadas, e Loulé foi o primeiro a nível da região. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Foi dada a palavra ao **Presidente da Junta de Freguesia de Alte (António Martins)**, que depois de saudar a Mesa da Assembleia e todos os presentes, fez referência à questão da água no interior, para além da conectividade digital que é muito importante, mas que se não houver água não haverá pessoas a viver lá. -----

Há a necessidade de mobilizar o máximo de recursos possível com a maior brevidade possível. -----

Questionou de em relação ao Aterro Sanitário da Cortelha, se nas verbas estão previstas alternativas ao mesmo por se encontrar em “fim de vida”. -----

Foi dada a palavra ao **Presidente da CCDR, José Apolinário**, que disse que sobre a questão da água e da biodiversidade, tem sido defendido junto da Comissão Europeia a criação de uma “rede de charcas” em espaços públicos a dinamizar pelos municípios e freguesias, muitas vezes financiados pelos Planos de Desenvolvimento rural e alguns pelo Fundo Ambiental. -----

No ponto de vista dos resíduos, o objetivo é reduzir e reutilizar, porque não há financiamento dos Fundos Europeus para novas células, para a construção e ampliação de Aterros. Há financiamento dos Fundos Europeus, para reduzir e para o seu reaproveitamento e a sua valorização. Os compromissos em matéria de reciclagem e reutilização são muito exigentes. -----

Foi cedida a palavra ao **Vice-Presidente, José Pacheco**, que referiu que concretamente à questão do Aterro, sempre viu desde o seu início 4 células, A, B, C e D. A célula A e B já esgotaram a sua capacidade e neste momento está a ser explorada a célula C e mais tarde será a célula D a ser explorada, mas está pendente de um estudo de impacto ambiental. A Comissão Europeia determinou que não vão haver novos Aterros e no final de 2023, terá de haver junto das Câmaras Municipais, a questão do bio resíduos, que é uma gestão complexa. Loulé e os restantes municípios do Algarve já se encontram a trabalhar nessa matéria, irá haver uma maior separação dos resíduos, o que vai obrigar a uma separação mais eficaz, de forma a que aquilo que chegue ao Aterro, sejam única e exclusivamente Aterros Biológicos, por forma a serem evitados, papéis e plásticos. A ALGAR é a empresa concessionária relativamente aos resíduos e está-se a preparar para intensificar esse processo de separação na Estação de Transferência. -----

Solicitou a palavra o Deputado **Carlos Martins (BE)**, depois de saudar a Mesa e os restantes Grupos Municipais, disse que na qualidade de Algarvio, sente-se deprimido, pois o documento retrata a realidade da nossa região que é deprimente. Contribuímos grandemente para a riqueza do país e recebe-se em troca valores irrisórios, que nos garante uma dignidade muito abaixo da média a nível nacional. -----

O Produto Interno Bruto (PIB), tem valores próximos da crise 2008-2012. Uma taxa grande de desemprego, uma população envelhecida, um aumento de população de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

3,7%, à custa do aumento da população estrangeira residente no Algarve e que vem sobrecarregar muitos serviços já deficitários e um interior deserto de pessoas e de atividades. -----

A Taxa de Execução do Programa Operacional Regional, tem uma taxa de 65% e faltam 18 meses para acabar o prazo, que numa gestão privada tinha resultados graves. -----

No Quadro de Fiscalização dos recursos humanos, tem apenas 1 funcionário, sendo lógico que os Aterros não sejam fiscalizados o que é insuficiente para cumpra a função para que é proposto. -----

Regista-se que a CCDR tem cerca de 112 trabalhadores, 75 licenciados, sendo que os PDMs não avançam, sendo dito que os Planos não avançam porque as Câmaras dizem que há muita burocracia, muitas exigências por parte da CCDR.-----

Soube que a realização do PDM tinha sido adiada tendo sido alargado o prazo para a Câmara apresentar a primeira reunião com a CCDR e que em 2023, o PDM, será revisto. -----

Disse ter registado com muito agradado, a representação do Governo no Algarve, que é o Presidente da CCDR, José Apolinário, que prometeu aquando da sua eleição, onde não houve democracia porque o povo não participou diretamente, vendo hoje aqui a esta Sessão Temática de hoje à noite. Falou-se de muitos projetos para o Algarve, mas poucos produtivos, porque para o Algarve são cerca de 300 milhões de euros. -----

O Algarve sofre de problemas estruturais relacionados com a saúde, sendo o Hospital de Faro um bom exemplo disso. Teceu algumas considerações sobre a EN 125 e sobre o Turismo. É desesperante para quem quer investir e espera tempos infinitos. - Questionou como se resolve a questão dos recursos hídricos e a obrigação da reutilização das águas residuais. Há a tendência da redução da população no interior, e que contributos poderá dar, para além das atividades que poderão ser implantadas nestas zonas e em termos de ordenamento do território, para os municípios poderem resolver os seus territórios, de acordo com o que as populações exigem e os autarcas desejam desta Assembleia Municipal. -----

Para responder, **Presidente da CCDR, José Apolinário**, começou por clarificar que não é representante do Governo. Referiu que com o Decreto-Lei, aprovado em 2020, os Presidentes da CCDR, passaram a ser indicados por um colégio eleitoral, composto pelos autarcas representantes de todos os municípios das áreas de jurisdição da CCDR. O Governo designou essas pessoas, em que participaram os autarcas dos 16 municípios. Perante a Lei, o Presidente da CCDR responde perante o Conselho Regional. Se o Governo determinar alguma orientação que o Presidente da CCDR não cumpra, o Governo pode demiti-lo se tiver um parecer favorável. -----
A CCDR é uma entidade, que faz a articulação com os diferentes serviços concentrados e é responsável pela gestão do Programa Operacional Regional. Disse

d. [assinatura]



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

haver 4 ou 5 grandes desafios para a Região do Algarve; Habitação, Mobilidade, Água, Saúde e Energias. -----

No caso a habitação, o papel que tem vindo a ser desempenhado, tem sido o de acompanhar, mobilizar, motivar os municípios para que a região, tenha as 16 Estratégias Locais de Habitação, aprovadas com a ERU, no sentido de poderem ser aprovadas. Neste momento, 12 municípios têm as suas Estratégias Locais de Habitação aprovadas e mantendo a ambição de até final de setembro ter terminado o processo dos 4 municípios que ainda não têm a sua estratégia aprovada e que são; Vila do Bispo, Castro Marim, Monchique e Vila Real de Santo António. -----

Quanto ao tema da mobilidade, a postura é defender uma posição geoestratégica, que no âmbito da conectividade ferroviária europeia, seja salvaguardado um corredor atlântico, para que possa ser feita a ligação entre o Aeroporto de Sevilha e o Algarve e depois a ligação até Beja e Lisboa. Não é para concretizar até ao final desta década, mas a decisão é para ser tomada nesta fase. -----

Sobre a mobilidade multimodal, há um trabalho a ser destacado no âmbito dos municípios, no sentido de uma melhor congregação das diferentes concessões ao nível do transporte rodoviário, entre os 16 municípios. Esse trabalho resultou da AMAL ser Autoridade de Transportes, tendo essa articulação melhorado. -----

Apostou-se numa mobilidade de veículos elétricos sustentáveis, para fazer a conectividade entre a ligação ferroviária, municípios, localidades, com menor utilização de transporte público, sendo o caso concreto de Loulé. Será trabalhado o eixo, Loulé/Faro/Olhão, onde estão cerca de 150 mil pessoas residentes permanentemente. -----

Exemplificou o caso de Coimbra com o metro Mondego, entre Coimbra e Lousã e o BRG, entre Braga e Guimarães a nível de ligações de transportes, para o contributo para a descarbonização e de meios de transporte coletivo sustentáveis com menor uso do transporte individual. -----

O programa sobre a questão da Saúde tem de ser executado até 2030, no caso dos 780 milhões de euros, estão a ser colocadas verbas na componente da edificação, na área da saúde e envelhecimento ativo, estão a ser colocadas verbas para se ter uma Unidade de resposta não só na área do cancro, em que o erário público despende cerca de 4 a 5 milhões de euros por ano e em que não existe nenhuma estrutura entre Lisboa e Sevilha e que se quer ver desenvolvido na área do Parque das Cidades no âmbito do Hospital Central. Complementar uma rede de cuidados de saúde, Centros de Saúde e Extensões de Saúde/proximidade. No âmbito do Plano de Cooperação e Resiliência, na bazuca, estão previstos 35 milhões de euros de investimentos no âmbito do PRR. -----

Referiu ainda que o rendimento médio a nível nacional no Algarve, há necessidade de existir mais pessoas com licenciatura e com formação profissional, para ter respostas em termos de resiliência e competitividade. -----

Sobre a taxa de execução, referiu que nos últimos 18 meses foi garantida uma execução aproximadamente de 23%, ainda faltando a execução de 35%, existindo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

uma taxa de compromisso de 58% que não é igual em todo o Algarve, estando municípios que estão na liderança de candidaturas, como é o caso de Loulé, existindo municípios mais pequenos, com menos equipas técnicas com mais dificuldades em ter projetos candidatos aos Fundos. Existem assimetrias entre o interior e o litoral. Um município de menor dimensão, tem por vezes apenas 1 técnico para fazer a submissão de candidaturas. -----

Os Fundos Europeus, visam criar, impulsionar, dar mais-valia, em relação a Fundos Nacionais, Fundos Públicos e Fundos Privados, sendo esse o objetivo dos Fundos Europeus e esse é o desafio colocado para os próximos anos. Juntar o que são desafios do Plano de Recuperação e Resiliência, financiado por Planos de Recuperação e Resiliência, financiados a 100% com um calendário muito apertado em termos de capacidade de execução e a capacidade de lançamento de concursos, do POR Temático e POR Nacional.-----

Pediu a palavra o Deputado **João Carlos Santos (PSD)**, depois de saudar a Mesa e os restantes presentes, começou por dizer que considera a Bancada do PSD, esta uma ação benéfica por parte da CCDR, a apresentação de contas daquilo que foi realizado. No entanto como já foi aqui mencionado, deixar presente, que existe uma matéria que o Presidente falou há pouco, relacionada com o Programa Operacional, com o facto de alcançar os 62% e a taxa de execução poderia ser mais elevada. No entanto é importante mencionar que existe aqui matérias, em que se acredita que a CCDR, também tem a sua implementação nomeadamente em questões que não incidem diretamente sobre o território do concelho de Loulé, mas incidindo sobre os cidadãos no concelho de Loulé. Questionou se relativamente à questão da AMPIC (Área Marítima de Proteção de Interesse Comunitário), em Armação de Pera, em que acredita que a CCDR tem um papel fundamental, se para o Programa Operacional Algarve 20-30 ou noutra articulação associada, se realmente existe uma ótica de resolver essa situação, uma vez que os pescadores de Quarteira e de outros portos, que também utilizam aquela área, sentem-se apreensivos relativamente ao que vai ser lá feito e se existe da parte de organismos como a CCDR, a capacidade para que quando seja feita a reserva, exista formações e a qualificação dessas pessoas. -----

O que estará pensado ser feito nessa área? -----

Agradeceu a presença da CCDR, referindo que é importante que estas reuniões se repitam, porque se está a iniciar algo profícuo. -----

Respondeu o **Presidente da CCDR, José Apolinário**, que em relação à AMPIC (Área Marítima de Proteção de Interesse Comunitário), os serviços da CCDR, quando deram o parecer favorável foi condicionado à participação com medidas de apoio aos profissionais da pesca. Disse ser uma área em que se precisa consertar medidas elegíveis no âmbito do Ministério da Agricultura e Alimentação, do Fundo Europeu de Assuntos Marítimos da Pesca e Aquicultura, de medidas de inovação social, de

d. [assinatura]



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

inclusão social do POR e POT da Área das Pescas e do Mar. -----
Explicou que 30% do Programa Operacional Temático das Pescas e Aquicultura, deve ser focado na biodiversidade, no caso do POR são 8% e que têm de ser articulados entre os 2 Programas de Fundos. -----

Sobre o interior, o grande desafio, é criar condições, para que as pessoas não tenham que sair do interior e recuperar o quadro de qualidade de vida, de serviços de interesse geral no interior, trabalho esse feito que será feito, com os municípios, com as autarquias, com as empresas e com os particulares. Referiu que existe um trabalho técnico elaborado designado por ITIÁGUA, entre a CCDR Algarve e a CCDR Alentejo, com os municípios do baixo Alentejo contíguos com o Algarve e que abrange uma parte das freguesias do interior do concelho de Loulé. -----

Referiu que do ponto de vista das verbas, decididas pela região, haja uma atenção em relação ao interior, no ponto de vista de garantir essa conetividade. Sobre a questão da descarbonização da pesca, houve uma iniciativa do Plano de Recuperação e Resiliência para financiamento de projetos de embarcações, tendo existido muitas candidaturas. -----

Solicitou a palavra a Deputada **Maria João Carapeto (PS)**, começando por saudar a Mesa e todos os presentes. A sua questão prende-se com a eficácia e a eficiência dos serviços públicos na Região do Algarve e questionou se a CCDR tem conhecimento, que em 2017, foi criado um Balcão Único do Prédio, a nível nacional, que é um Sistema de informação Cadastral Simplificada, tendo sido criado em 2017, na sequência dos grandes incêndios ocorridos no sul e no centro do país. Fez referência à Lei nº 78/2017, de 17 de agosto e está previsto o procedimento de representação gráfica georreferenciada das propriedades. Questionou se se destinam aos 308 municípios do território nacional, sendo que a nível do Algarve a adesão é zero! E se no âmbito das competências da CCDR, têm alguma intenção de aderir ao Balcão Único do Prédio. -----

Para responder à questão levantada, o **Presidente da CCDR, José Apolinário**, esclareceu que enquanto cidadão do Algarve, é pela regionalização entendendo que se deveria avançar para a mesma e que esta só avança com o consenso entre os 2 maiores partidos com assento na Assembleia da República por razões constitucionais. Foi aprovada uma revisão constitucional em 1997, que faz com que o avanço do processo das regiões, esteja sujeito a um duplo referendo, estando as condições para tal, muito condicionadas. -----

Verifica-se atualmente que os serviços desconcentrados, articulam entre si. Qualquer governante bem formado, organiza um sistema de balcão, online onde muitos dos serviços concentrados, dinamizam a informação sobre todo o processo, a articulação entre serviços desconcentrados, não sendo a resposta o que o cidadão espera do serviço público. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

[Handwritten signature]

A integração de serviços, deve ser ponderada e deve avançar para prestar melhor serviço por parte da Administração Pública. Deixou o compromisso de que se irá inteirar junto da Direção Geral do Território, o motivo de não haver essa plataforma com os munícipes-----

Foi cedida a palavra ao **Vice-Presidente José Pacheco** para responder à questão suscitada, que disse que sobre o Balcão Único do Prédio, começou em 2017 com 10 municípios, sendo hoje cerca de 141, mas infelizmente o distrito de Faro, não tem ainda nenhum porque os 16 municípios ainda não aderiram a tal, porque tem de ser os municípios e as Juntas de Freguesia a solicitá-lo. É uma questão que não compete à CCDR. Através da Plataforma que existe na internet e nos serviços em Faro, pode ser acedida por qualquer proprietário. -----

Solicitou a palavra o Deputado **João Ferreira (PSD)**, cumprimentando na pessoa do senhor Presidente, todos os presentes e congratulando-se pela presença da CCDR aqui hoje. Questionou se existe algum concelho que tenha uma segunda rede de fornecimento de água não potável não reutilizável, depreendendo da apresentação feita, que apenas uma ínfima quantidade 4% das águas de esgotos que se reutiliza. A nível da Câmara Municipal, numa primeira fase o abastecimento de água não potável para regas e se já existe para o privado, se existe iniciativas neste sentido. Questionou também sobre a questão da dessalinização, se existem concelhos que já avançaram nessa questão e já existe capacidade alta de se reaproveitar as águas. Se algum destes 16 concelhos, já está a implementar algum projeto de 2ª rede para aproveitamento de água não potável -----

Para responder à questão levantada, o **Presidente da CCDR, José Apolinário**, esclareceu que sobre a dessalinização é um projeto emblemático do Plano de Recuperação e Resiliência atribuídos nos 200 milhões de euros, uma verba para a dessalinizadora que é da responsabilidade da execução das Águas do Algarve. Tem sido acompanhado com a APA e as Águas do Algarve esse processo e a articulação com os municípios tem vindo a ser ponderada possíveis localizações uma vez que terá ainda um estudo de impacto ambiental. -----

Sobre a questão da 2ª rede disse que tanto quanto conhece não existe a implementação da mesma. -----

Sobre as fontes de financiamento e iniciativas, houve uma reunião com entidades públicas e privadas no sentido de analisar soluções de reutilização, nomeadamente em espaços verdes, aldeamentos turísticos e golfe, embora tenha conhecimento que já existem campos de golfe que utilizam essa água reutilizável. -----

Por ter estado numa reunião sobre esses temas, usou da palavra o **Vice-Presidente José Pacheco**, que disse que em relação à dessalinizadora, está na fase final de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

apreciação com a entidade de abastecimento público Águas do Algarve, estão na fase final dos estudos da sua localização em função da qualidade da água do mar e dos resíduos, estando esse processo a avançar com alguma rapidez. -----
Em relação às águas de reutilização, o Diploma saiu em meados de 2019 e é um Decreto-Lei que em termos globais, a água tratada é em função do uso do seu utilizador.-----

As principais Estações de Tratamento no Algarve, estão quase todas elas perto de Campos de Golfe. O Campo de Golfe dos Salgados, no limite do concelho, entre Albufeira e Silves, desde há muito tempo que é regado com a água da ETAR de Albufeira e fruto da seca e destas situações, o Ministério do Ambiente, decidiu iniciar no Sotavento, com a conclusão de Estações elevatórias que já tinham sido iniciadas e que já estão em fase de conclusão e que até ao final do ano irão regar 2 Campos de Golfe. Este ano será duplicada a quantidade de água de reutilização, sendo o objetivo de 8%, sendo o objetivo de para o ano se chegar aos 14% ou 15%. -----

Em Vilamoura 3 Campos de Golfe serão regados com este sistema, sendo a Infraquinta pioneira na rede de água separativa e já rega grande parte dos espaços verdes com água reutilizada da ETAR da Quinta do Lago. -----

Os Municípios onde as ETARs estão localizadas, estão a fazer um grande esforço porque muitas das redes que existem, algumas já são antigas, e outras a níveis próximo da água do mar, havendo infiltração de água salgada, o que dificulta imenso o tratamento para a reutilização da água. -----

Os Municípios estão a fazer um esforço muito grande para resolver esses problemas para que a água salgada não entre dentro das ETARs para poder ser reutilizada. ----
Prevê que em 5 anos já se tenha uma reutilização da água de uma forma muito significativa. -----

Solicitou a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião (Analídio Ponte)**, cumprimentando na pessoa do senhor Presidente, todos os presentes. Colocou 2 questões sobre a freguesia de S. Sebastião, mas transversais ao restante território. Uma delas tem a ver com os equipamentos sociais, todos os planos apresentados no Programa do PRR, nenhum de Loulé nem do Algarve, foi aprovado, questionando o motivo pelo qual isto aconteceu, a que se deveu e o que se pode fazer para que se apresente uma nova candidatura e isto não venha a acontecer, uma vez que a sua Junta apresentou 2 projetos não tendo os mesmos passado à fase seguinte. Outra questão tem a ver com a Prevenção de Riscos e Resiliência às Catástrofes, apresentada, e mencionou existir uma zona na freguesia de S. Sebastião, que aquando das obras de melhoramento da via férrea, criou quase uma minibarragem, as águas residuais pluviais, dificilmente passam a linha para o outro lado, provocando constantemente cheias desde a Estação de Loulé a Vale Judeu. -----

Questionou se a Câmara Municipal se pode candidatar através do Programa Específico de Prevenção de Riscos às Catástrofes e o que poderá ser enquadrado



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

para mitigar este problema nesta zona da linha dos comboios em Loulé. -----

Para responder à questão levantada, usou da palavra o **Presidente da CCDR, José Apolinário**, que disse que da responsabilidade direta da CCDR, é responsável pelo Programa Operacional Regional, neste Quadro, haviam alguns projetos na área dos Equipamentos Sociais, que estão alguns em curso, destacando o Projeto da ASMAL, com financiamento do POR. A CCDR acompanha apenas, não é a entidade responsável pela sua gestão, sinalizando que foram aprovadas 4 candidaturas no Algarve de ERPI's. tendo ficado com a informação da Segurança Social, que ficaram 10 candidaturas em lista de espera. Sugeriu que mantivessem os projetos, sobre a sua, possível ou não, integração no âmbito do POR, em termos de tipologia de apoio essa iniciativa é possível, há que ver com que verba, dentro do objetivo 5 de políticas de proximidade, com Fundos Europeus. -----

Sobre a questão da área da proteção da água, há que ser analisada em concreto, poderá vir a ser elegível, não tendo a certeza, anotando a preocupação e a proposta em concreto que levantou. -----

Pedi a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia do Ameixial (José Carrusca)**, cumprimentando na pessoa do senhor Presidente, todos os presentes. -----

Disse ter ficado satisfeito pelo Dr. José Apolinário, ter abordado a questão de uma parceria que existiria entre a CCDR Algarve e a CCDR Alentejo, zona de Guadiana-Vascão. -----

Questionou se haverá alguma ideia formada de parceria que as Águas do Alentejo, poderão chegar ao Algarve, uma vez que neste momento já chegam à zona do Dogueno, no concelho de Beja e até que ponto na freguesia do Ameixial, nas zonas mais fronteiriças. -----

Para responder à questão levantada, usou da palavra o **Presidente da CCDR, José Apolinário**, que disse que sobre a temática da água, no sentido de considerar elegíveis medidas para reforçar a biodiversidade e a componente da água no interior, não abrange a cooperação entre as Águas do Alentejo e as Águas do Algarve e neste momento não existe nenhuma resposta favorável á proposta que colocou. Está-se a trabalhar na questão temática da água em relação a projetos que reforcem a biodiversidade, da poupança, retenção da água no barrocal e na serra. -----

Para uma intervenção, pediu a palavra a Deputada **Ana Poeta (PAN)**, cumprimentando na pessoa do senhor Presidente, todos os presentes. -----

Começou por referir que falar em Webinares e Balcões Únicos, quando o território interior é composto maioritariamente por idosos e não tem internet, e quando é referido que a informação pode ser acedida por qualquer proprietário, que as certidões podem ser acedidas por qualquer proprietário, acrescentando que saiba e tenha acesso à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

internet. Fala-se em competitividade internacional, quando no interior nem existe competitividade municipal. -----

Embora haja ferramentas para a acessibilidade, existe mais desigualdade e dissimetrias e em muitos aspetos acabam por não ter utilidade. -----

Em relação ao Eixo Prioritário 3, promover a sustentabilidade e eficiência dos recursos humanos, como exemplo dos Painéis Solares, mas monocultura intensiva de painéis solares, não parece congruente desbravar mato, espécies autóctones para fazer plantação de painéis solares, o que não consomem é água. -----

Sobre a questão da Habitação Social e coesão territorial, na sua perspetiva pessoal, faria muito mais sentido, haver habitação a custos controlados, em vez de habitação social que estigma “bairro”, está-se a criar uma “ilha” para os pobres irem morar. ----

Referiu que na área do Turismo há 185 programas na área do turismo, cerca de 31,8%, sendo os 3 últimos, Energias Renováveis, Saúde e Bem-Estar, se existe algum critério que se está a dar a este tipo de apoio, uma vez que estão todas englobadas no Turismo. -----

Terminou referindo que cada vez que lê nos documentos, Economia Verde, só lhe faz lembrar “Campo de Golfe”. -----

Para responder à questão levantada, usou da palavra o **Presidente da CCDR, José Apolinário**, disse que no documento sobre o futuro do trabalho, aprovado aquando da presidência portuguesa na União Europeia, é dado um grande destaque para a importância, que tem a ver com a preservação do ecossistema. de dinamizar empregos verdes que tem a ver com a preservação do ecossistema com a utilização de práticas sustentáveis no interior com biodiversidade. -----

Referiu o Projeto “Vamos Plantar Água”, um projeto que tem sido dinamizado com trabalho no intervir de Tavira, S. Brás de Alportel e Loulé e com a Quercus o projeto Natura na serra de Monchique. -----

O Golfe é importante, por ser uma atividade económica que avança em termos da sazonalidade, consome 6% da água na região e é compatível com a utilização de águas residuais. -----

Em relação ao Turismo é o motor da dinamização económica na região do Algarve. Espera-se buscar investidores em novas áreas da economia do mar, que tem a pesca e a aquicultura. Há um valor económico em torno do carbono azul, visa contribuir para que haja uma preservação da biodiversidade nas nossas águas, até às 12 milhas. ---
Esclareceu que o debate para a diversificação, tem que ser de facto na discussão dos avisos do que é elegível. -----

O Turismo tem que contribuir em termos de sustentabilidade para a região, até mesmo nas micro e pequenas empresas, tem-se dinamizado um programa chamado Programa de Apoio à Produção Nacional, que são investimentos até 220 mil euros. Tem havido candidaturas no sentido de melhorar a competitividade na inovação de procedimentos destas microempresas de pequenas atividades, com 5, 10 pessoas,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

em que a compra de uma máquina vai aumentar a competitividade e a produtividade.-

Pediu para intervir o Deputado **António Farrajota (CDS)**, cumprimentando na pessoa do senhor Presidente, todos os presentes. -----

Referiu que a CCDR tem por objetivo, proteger os interesses nacionais e regionais e admira que venham auscultar os Deputados e as Assembleias, e defender os interesses dessas mesmas pessoas. Trata-se de um trabalho muito complexo e estar aqui a interferir em cada uma das áreas que a CCDR tem que intervir, é demasiado exaustivo para tão curto período de tempo. -----

Disse ter ficado com uma preocupação, quando o Presidente da CCDR diz, que da parte da Europa, não vai haver verbas destinadas a Aterros Sanitários. Referiu que o Aterro da Cortelha é uma “bomba relógio” e as infiltrações causadas por aquele Aterro, devido à chuva, porque o solo tornou-se permeável, e quando transborda vai contaminar os freáticos. A CCDR pode intervir porque se trata de interesse público, do Algarve e sobretudo de Loulé e pediu uma especial atenção para o que se passa no Aterro, porque é gravíssimo. -----

A CCDR ao proteger os interesses dos munícipes e neste caso no Algarve, baseia-se em Leis já existentes, referindo-se concretamente ao cadastro da RAN e da REN. Tem verificado onde o terreno é classificado de RAN (Reserva Agrícola Nacional), tendo ido o proprietário à Direção Regional de Agricultura, pedir para serem analisados os solos e ver o que se podia lá plantar, foram feitos os exames ao solo, recolhas feitas em diferentes sítios do terreno. Foi apresentado o Relatório ao proprietário, sendo-lhe dito que não poderia cultivar nada e, no entanto, aquele terreno é Reserva Agrícola Nacional, que para dar continuidade ao mapa da RAN aquele terreno é integrado dentro da RAN. -----

Por vezes a CCDR é demasiado rígida e poderá ser em determinados casos, não em todos. Fez uma critica a toda uma burocracia demorada que desincentiva as pessoas de continuarem com determinados projetos. -----

Para responder à questão levantada, usou da palavra o **Presidente da CCDR, José Apolinário**, que disse que a CCDR é responsável por verificar a REN, não a RAN. Qualquer servidor público tem que cumprir a Lei e as questões que se colocam com os procedimentos resultam da Lei e quem aprova a Lei é o Governo ou a Assembleia da República. Os funcionários da CCDR, procuram na medida do possível, responder às solicitações cumprindo a Lei, tem cerca de 109 colaboradores, que face á multiplicidade, diversidade, complexidade, das atribuições que lhe são conferidas e por vezes são insuficientes para acorrer aos números de solicitações a que são colocados. -----

Disse reconhecer que em algumas áreas é necessário reforço de recursos humanos. As CCDRs têm fontes de financiamento que o Orçamento de Estado tem vindo a reduzir e fontes de financiamento centradas, sobretudo nos contratos de assistência



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

técnica e da taxa geral de resíduos que não são formas de garantir a prestação de serviço necessária por parte desta entidade. -----

Procura-se na medida responder dentro dos prazos, e muitas vezes não há condições por parte dos recursos humanos, responder ao que é pedido e tem sido feito um esforço para definir prioridades. -----

No caso dos PDMs tem sido articulado com os diferentes serviços e entidades para dinamizar os processos relacionados com os PDMs. -----

Referiu que ser funcionário público, exige uma formação contínua permanente, e foi estabelecido um Quadro com Ações de Formação com regularidade, nomeadamente RJIGT e sobre Ordenamento do Território e funcionários de outros serviços concentrados. -----

Foi cedida a palavra ao **Vice-Presidente José Pacheco**, que esclareceu que sobre a questão do Aterro Sanitário, no processo de licenciamento que está em curso, da célula C, entre as muitas medidas que foi a Empresa ALGAR, obrigada a implementar, destacou algumas delas, nomeadamente;- *“demonstrar e implantar as medidas corretivas, decorrentes da avaliação do sistema drenado, instalado e a instalar, que terá que drenar o lixiviado e o escoamento superficial das águas contaminadas, incluindo as vias de acesso e episódios extremos de precipitação e que a respetiva bacia de retenção assegura o armazenamento desse escoamento do lixiviado, durante o episódio extremo para posterior tratamento” e algumas medidas de compensação, como é o caso da implementação no período de 2 anos logo após a emissão da licença, de um Projeto de requalificação da linha de água a jusante do Aterro, ao longo do troço da zona de mistura até à confluência da Ribeira do Vascão”* A CCDR está atenta a estas questões, tem sido feito um esforço muito grande, e só em julho de 2021 é que é obrigatório, os Aterros terem Comissões de Acompanhamento e que até há 2 meses atrás eram presididas pela Câmara Municipal, na pessoa do senhor Vereador Carlos Carmo e que sempre as dirigiu com muito elevo e que agora passam para a presidência da CCDR. -----

A primeira reunião, realizou-se esta semana e a constituição dessa Comissão, segue a linha da que já estava, e com a participação também da sociedade civil, através de organizações não governamentais na área do ambiente e grupos de cidadãos. Estando a CCDR atenta conjuntamente com a APA e a Câmara Municipal de Loulé. Em relação à RAN e à REN do concelho de Loulé, já são da década de 90 e, entretanto, o diploma da Reserva Ecológica, já mudou várias vezes. A demarcação da REN e da RAN é da competência dos municípios e com a Revisão do PDM que se aguarda para breve, vão haver novas delimitações de acordo com as orientações nacionais e regionais, específicas e gerais, que constam de diploma próprio, tentando encurtar os prazos o mais possível, de acordo com a legislação que existe. -----

Foi de seguida concedida a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal**, que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

ed.
[Handwritten signature]

começou por cumprimentar primeiramente o Presidente da CCDR e agradecer-lhe esta iniciativa muito louvável, que seria bom continuar com alguma regularidade sendo enriquecedor para todos. Cumprimentou o Presidente da Assembleia Municipal, todos os Deputados Municipais e os restantes presentes. -----

Referiu que o Aterro Sanitário, trata-se de um assunto muito delicado, sido ao longo dos anos na Assembleia Municipal, acompanhado por todos com muita responsabilidade. A vigilância crítica dos Deputados e da Câmara Municipal, usaram-se praticas de fiscalização de tudo o que lá se passa, passou a haver aquilo que deve existir sempre, que é entidades concessionárias que têm uma postura bastante crítica de entidades ambientais do Sotavento e da Algar, devem ser escrutinadas, contratando os serviços de fiscalização da universidade do Porto que permitiu ter uma base de diálogo com a empresa Algar por parte da Câmara Municipal de Loulé. -----

Referiu que com a alteração legislativa que houve, foi um passo para trás em todo o processo, porque se não fosse a Câmara Municipal de Loulé e esta Assembleia Municipal, terem tomado a iniciativa que tomaram, continuariam os danos ambientais que durante anos o Aterro sofreu. -----

A CCDR é um organismo que até hoje ainda não é eleito universalmente. -----

O **Presidente da Assembleia**, referiu que, na qualidade de Presidente da Mesa, tem obrigação que fazer cumprir o Regimento, nomeadamente o n.º 1 do artigo 54.º “uso da palavra e conteúdo das intervenções”, tendo procedido à leitura do mesmo: *“Na primeira intervenção, os oradores dirigem-se ao Presidente da Mesa, aos representantes da Câmara Municipal, à Assembleia Municipal e ao público presente.”*. -----

Foi concedida a palavra ao **Presidente da CCDR, José Apolinário**, que disse que relativamente ao acompanhamento do Aterro, da parte que é responsabilidade da CCDR, procurar-se-á que haja um Regulamento Interno, que permita que a maioria das reuniões se realize em Loulé e com acompanhamento por parte dos Deputados Municipais e dos Órgãos Autárquicos Municipais. -----

Em relação à legitimidade, tem que haver interesses de âmbito regional e a alteração legislativa que houve, foi no sentido de que as CCDRs fossem eleitas pelos autarcas de todos os concelhos, procurando-se responder a esse desígnio, que é fazer valer a democratização na escolha dos elementos da CCDR. -----

O ponto político levantado pelo Presidente da Câmara, uma vez que é a favor da regionalização, entendendo que é o caminho correto. -----

A partir da Revisão Constitucional de 1997, qualquer processo de regionalização passa por um duplo referendo, que tem que ter mais de 50%, tem que haver um referendo favorável ao mapa e dentro da região um voto favorável à regionalização. Em 1998 no Algarve a maioria dos concidadãos votaram contra a regionalização. Terminou dizendo que, o trabalho que foi já feito e o acompanhamento por parte do município, sobre a situação do Aterro será respeitado, reforçado em concertação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

pelo município. -----

Pedi para intervir a Deputada **Maria Esteves (PS)**, cumprimentando na pessoa do senhor Presidente, todos os presentes. -----

Mencionou que na leitura do Relatório, designadamente na página 166 do mesmo, referindo que o grau de qualificação no Algarve, acompanha o atraso em termos do sucesso educativo, sendo a região com mais insucesso apesar do percurso ter sido fantástico nos últimos 40 anos, de insucesso e abandono escolar no ensino não superior. -----

Disse que a CCDR deverá ser a locomotiva de uma região, mais solidária, mais desenvolvida e que garanta a manutenção dos quadros. -----

Fez referência à pág.166 do Relatório, tópico 10.1, refere Cursos Vocacionais, que em 2019 já não existiam. Fala em ensino artístico especializado entre outros e termina dizendo que as constatações são a avaliação feita em relação ao que aqui está, concluiu que os impactos alcançados, justificam os recursos financeiros mobilizados. Parece-lhe que muitas coisas referenciadas, são do Orçamento Geral do Estado, por exemplo o Serviço de Psicologia e Orientação. -----

Questionou sobre o que é que a CCDR perspetiva no âmbito da educação não superior no Algarve, nos próximos anos? -----

Respondeu o **Presidente da CCDR, José Apolinário**, que a educação deve ser integrada na CCDR, há que ser preparado um Quadro de reforço de cooperação e de concertação dos serviços concentrados. O Programa do Governo deve ser integrado na CCDR, não pondo em causa a necessidade de orientações políticas ser da área governativa da educação, não precisando de Revisão Constitucional. A articulação entre serviços concentrados., Educação, Cultura, entre outros serviços e o Governo só tem que cumprir aquilo que está no seu Programa. -----

Referiu que o Turismo deve puxar por outras Atividades, sendo atualmente Chefe de Cozinha no Algarve, estatuto de estrelato. -----

Para se tirar Curso de Chefe de Cozinha não é possível tirar no Algarve que apesar de ter 3 Escolas de Hotelaria, não é possível tirar este Curso Superior de Cozinha, tem que ser na Escola do Estoril ou no Politécnico de Beja, não aqui no Algarve. -----

A Taxa de Abandono precoce, considerando os dados de 2019, a taxa e abandono precoce, a nível nacional é 10.6% e no Algarve 19.9%. A taxa de escolaridade do ensino superior, entre 30-34 anos, em 2020, era 39,6% a nível nacional e no Algarve 33.8%. Os jovens que não estão em emprego nem em formação, a nível nacional 9,1% e no Algarve 12,8%. A taxa de ensino superior dos jovens entre os 18-24 anos no Algarve é de 22% a nível nacional é de 40%. -----

A proposta de trabalho consiste em mobilizar mais verbas e garantir uma melhor articulação em relação às Áreas de Educação. As diferentes áreas governativas, trabalham numa lógica de articulação vertical e não territorial. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Referiu que neste momento estão abertos Concursos para 10 investimentos de áreas de especialização a nível das escolas com verbas do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) que terá de ser articulada com a Direção do Agrupamento do Grupo de Escolas e a área dos municípios. -----

No atual Quadro Comunitário 2014-2020, foi mobilizado dos Fundos Europeus e da contrapartida dos municípios verbas para infraestruturas escolares, cerca de 27 milhões de euros de investimentos. No próximo Quadro há que dar mais foco às qualificações e aumento das qualificações dos recursos humanos, para melhorar a competitividade e assim igualmente os salários na região. -----

Pedi para usar da palavra o Deputado **Marco Ferreira (PS)**, cumprimentando na pessoa do senhor Presidente, todos os presentes. -----

A sua intervenção, visa focar 2 pontos essenciais sobre a região. Questionou sobre qual será o impacto no turismo, que terá a questão das algas nas praias do Algarve, referindo que a praia de Quarteira está com imensas algas. -----

Sobre a agricultura, qual o futuro no Algarve, sendo o solo algarvio muito fértil, comparativamente com outras regiões do país. -----

Sobre a questão ambiental, que tem a ver com a sustentabilidade, sendo 40% das verbas para a sustentabilidade, o projeto de ligar Sines à Estação de Loulé. -----

Questionou sobre quais as grandes dificuldades que a CCDR tem encontrado no exercício da sua atividade e quais os grandes desafios a curto/médio prazo. -----

Congratulou a presença nesta sessão da CCDR no contexto das Assembleias Municipais, saudando a presença do senhor Presidente e do senhores Vice-Presidentes. -----

Respondeu o **Presidente da CCDR, José Apolinário**, que aposta na sustentabilidade nas suas diferentes vertentes. No período 2014-2020, no atual Quadro Comunitário Financeiro, para ser executado até ao final de 2023, dos 318 milhões de euros, que estavam atribuídos ao Algarve, 3,6% eram identificados como investimentos com apoios comunitários na área da sustentabilidade. Está-se a propor no documento de trabalho com a Comissão Europeia, passar para mais de 40%, em todas as suas vertentes; na água, nos resíduos, na mobilidade, na economia circular e na resiliência em relação aos incêndios. -----

Em relação à agricultura a CCDR não tem uma intervenção direta sobre a política agrícola, uma Revisão do PROTAL, tem acompanhado alguns projetos que da parte ambiental, carecem de estudo de impacto ambiental de agricultura mais intensiva. Disse preferir que o Ministério da Agricultura com o Plano de Desenvolvimento Rural, possa lançar de uma forma mais consistente avisos e apoios para estimular e incentivar produções mais amigas da água, nomeadamente a alfarrobeira. -----

Do Programa Operacional Regional, apoia o que for inovação produtiva e de procedimentos, transformação e valorização. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Em relação à questão das algas, é uma questão que tem a ver com as temperaturas e com a poluição, sendo esse um processo que infelizmente em que ciclicamente afetam as áreas com as algas. -----

O efeito de não se ter oceanos saudáveis, é crítico para existirem menos algas, nomeadamente na praia. -----

Sobre a questão do jet fuel - projeto de ligar Sines à Estação de Loulé. não existem verbas para tal, apenas na mobilidade urbana sustentável para as pessoas. Disse existir um anteprojecto feito pela ANA Aeroportos no que seria fazer uma ligação em parte, mas não estão as tipologias previstas no Quadro. -----

Solicitou para intervir o Deputado **António Farrajota (CDS)**, referindo que tem algumas discordâncias que queria mencionar. -----

Disse ter ficado contente por saber que a CCDR não está ausente na questão da lixeira na Cortelha, uma vez que é algo que o preocupa e regozija-se que algo está a ser feito nesse sentido. -----

Pedindo para intervir, o Deputado **Márcio Fernandes (PS)**, disse ter ficado com a sensação que o Aterro Sanitário da Cortelha, estaria em fim de vida, contemplando apenas 3 células no projeto inicial e foi feita referência a uma célula 4, e a ser esse fato consumado, por quantos mais anos irá aquele aterro funcionar e se esta será a última célula. -----

Foi cedida a palavra ao **Vice-Presidente José Pacheco**, que disse que sempre estiveram 4 células previstas. Quanto ao estado desta 3ª célula, com a questão dos bio resíduos, que começa a ser obrigatório em 2024, o que se pretende é que se diminua a quantidade de resíduos que chegam ao Aterro, o que por sua vez irá prolongar a vida útil do mesmo. -----

Solicitou a palavra o Deputado **Carlos Martins (BE)**, que disse que o senhor Presidente da Câmara, fez bem em ter lembrado, que a Assembleia Municipal tem sido muito atenta sobre o funcionamento daquela instalação, que muitas vezes a funcionar indevidamente e sem a fiscalização de quem é que a devia fiscalizar. O município chegou á conclusão, que entregar uma fiscalização completa ao funcionamento do Aterro, foi assunto de uma Assembleia Temática desta Assembleia Municipal e que recolheu a unanimidade de todos -----

A Comissão de Acompanhamento, passar para a CCDR é o mesmo que está a acontecer com tudo com a descentralização. Não se vai ter regionalização, porque a questão de fundo é que se está a viver num centralismo imposto pelo Governo de Lisboa e foi criado um referendo à maneira de não se ter mais regionalização. O referendo obrigava á simultaneidade que quebrou a “forma de algarvio que somos”. A questão que o Governo optou, PS conjuntamente com PSD, desta regra de dar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

poderes às CCDRs foi a maneira de dar a “machadada” e a CCDR englobar tudo. Os municípios vão arcar só com as despesas. -----

Disse ter ficado satisfeito por saber que a Infraquinta já rega grande parte, com água reutilizável das ETARs, o que não é bem verdade, se calhar não rega 10%. -----

Vilamoura tem uma ETAR enorme, mas que não é aproveitada para nada, mas que fica satisfeito por já ter projetos em curso. -----

Em julho de 2020, foi aprovada uma Resolução na Assembleia da República, que contou com a aprovação, não de todos os Partidos, porque o PS e a IL, não se associaram e com a abstenção do CDS e dos Deputados do PS, eleitos pelo Algarve. Esta Resolução foi apresentada pelo BE, que era a criação de um Plano de Emergência Social e Económico para o Algarve, e das 28 medidas que propunha. Uma delas era *“avançar com o processo para a reutilização da água, a partir das ETARs, para a rega de jardins e Campos de Golfe, fins agrícolas e industriais e lavagens de ruas e elaborar estudos para centrais de dessalinização, com o recurso a novas tecnologias e à utilização de energias renováveis.* -----

Avançar para a elaboração de um Plano Regional de Eficiência e Sustentabilidade Hídrica no Algarve. Considerando que a água potável, poderá faltar dramaticamente na região, no futuro em virtude da seca e das alterações climáticas e do crescente consumo no turismo, agricultura e das famílias. -----

Orientar mais apoios para a Universidade do Algarve, reforçando o seu papel como motor de investigação, conhecimento e desenvolvimento do território”. -----

Respondeu o **Presidente da CCDR, José Apolinário**, que em relação às propostas que referiu, no Plano de Eficiência Hídrica e o com o Plano de Recuperação e Resiliência, algumas delas estão nos eixos que se está a defender. -----

pedindo a palavra, o Deputado **Abel Matinhos (PS)**, cumprimentou na pessoa do senhor Presidente, todos os presentes. -----

Começou por referir que a mobilidade é importante na região e que a ligação ferroviária, Algarve-Andaluzia, já uma ambição antiga dos algarvios, já em 2003 o Presidente da CCDR, Campos Correia, na altura, já a defendia. -----

Questionou sobre qual é o papel da CCDR neste tema em questão e o que é que tem vindo a ser feito neste sentido, e que o senhor Ministro das Infraestruturas já defendeu que esta ligação era uma prioridade. -----

Respondeu o **Presidente da CCDR, José Apolinário**, que atualmente os jovens usam a ligação autocarros Flexibus e sobre o ponto da ligação ferroviária, tem sido defendido na área da Euroregião e acompanhado pelo Governo Português nomeadamente pelo Ministro das Infraestruturas e sobre a questão geoestratégica da mesma. Referiu que em 98, a Andaluzia defendeu que deveria haver uma ligação ferroviária até Lisboa, por ocasião da Expo 98. Mencionou que o Dr. Mendes Bota e o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Prof. Joaquim Vairinhos, já tinham defendido essa mesma rede, no Parlamento Europeu. -----

Disse ainda que está em eletrificação, a linha ferroviária do Algarve, para completar a parte que não estava eletrificada, quer o troço entre Faro e Vila Real e Santo António, quer o troço entre Tunes e Lagos, que foi agora adjudicado recentemente. É um investimento global de 80 milhões de euros. -----

Disse ainda que só é possível reduzir mais o trajeto até Lisboa, construindo uma nova ponte. A posição que a CCDR adotou em sede do Plano de Recuperação e Resiliência, foi a defesa desta posição. Está a ser colocada uma Proposta de Metrobus, para melhorar as ligações entre Loulé e a zona do Parque das Cidades/Aeroporto/Universidade/Aeroporto/Faro/Olhão, sendo um investimento de ordem global de 120 milhões de euros e que é sustentável, podendo contribuir para melhorar o uso do transporte público. É necessário encontrar alternativas, que encurtem a utilização do transporte público, em prol do transporte particular. -----

O Deputado **Carlos Martins (BE)**, referiu que na democracia nada é imutável, o que é preciso é lutar pelos interesses das populações, do país e de todos. -----

Solicitou a palavra o Deputado **Victor Coelho (PSD)**, cumprimentando na pessoa do senhor Presidente, todos os presentes. -----

Começou por dizer que o Algarve geograficamente, e o concelho de Loulé por ser um concelho que atravessa o Algarve desde o Alentejo até ao mar, acaba por ter e açambarcar praticamente todos os problemas que existem no Algarve. Tudo aquilo que for um problema do Algarve acaba por ser também um problema de Loulé. -----

No Programa do Algarve 20-30, algumas temáticas estão centralizadas no problema da sazonalidade de outubro a abril e é um problema enorme na nossa região. -----

É uma falta muito grande da falta de capitais estrangeiros, que sustentam a atividade da nossa região e há que lutar vivamente contra este problema da atividade comercial/regional -----

Existe outro problema que é a Habitação Social, uma vez que não se consegue captar trabalhadores para as atividades turísticas dentro do Algarve, porque não vêm porque a habitação está caríssima. Há que ter habitação social para os locais habitarem e para arrendar para atrair pessoas que venham trabalhar para a região. No Algarve está-se a importar mão de obra, de países que talvez não seja a mais atrativa para aqueles que visitam o Algarve. -----

A habitação social deveria ser alavancada para o interior para debelar os problemas de falta de população no interior. -----

Apesar de ser o Turismo que comanda o Algarve há que ter outras entradas com outras estabilidades para a região, nomeadamente ser criada uma industria cerebral, com matemáticos, físicos, cientistas, investigadores, ajudando na fixação da população residente e ajudar a fixar jovens que tiram os seus cursos superiores e com



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

uma zona industrial cerebral ajudaria a fixá-los na região, com uma mão de obra regional e local. Podendo reduzir-se a questão da sazonalidade e a criação da universidade do Algarve com a criação de novos cursos que a serem implementados. Referiu ainda a necessidade de ser criada uma Agenda Cultural no Algarve, porque se passam meses sem eventos culturais e nos meses de Verão eventos em simultâneo. -----

Referiu ainda os Portos de Faro e Portimão, e a rejeição que é feita a turismo de cruzeiros, o Algarve poderia ter uma imagem exterior mais alavancada sobre Turismo de Cruzeiros como exemplo a região da Madeira. -----

Mencionou que o Algarve poderia ser uma região pioneira no que concerne à resolução do problema no combate ao risco de incêndios. A falta de limpeza dos terrenos que não estão registados, deveria começar-se por aí em parceria com as Juntas de Freguesia e os bombeiros. -----

Por último fez referência ao Hospital Central do Algarve, que tem que passar finalmente para a execução. Se a criação do Hospital Central no Parque das Cidades, ter que passar por alienar os terrenos onde está o Hospital de Faro atualmente a médio e longo prazo, que se faça! Não se pode é manter este problema que existe, para a população local/regional, para aqueles que nos visitam. -----

Terminou dizendo que o PSD/Loulé no que puder contribuir coloca-se à disposição da CCDR. -----

Respondeu o **Presidente da CCDR, José Apolinário**, que em relação à sazonalidade é necessário articular com outras atividades que ocorram fora da época alta: habitação para trabalhadores, para estimular fontes de financiamento engenharia financeira para que as empresas, e há que encontrar para reabilitação urbana, nas Estratégias Locais de Habitação. -----

Zonas Industriais Cerebrais, na região há uma rede de incubadoras informal que tem vindo a crescer e em alguns municípios da região, o efeito da pandemia levou à deslocação de pessoas, chamado de “nómadas digitais” com recursos humanos altamente qualificados, que estão a dinamizar um ecossistema em torno da área digital. -----

As áreas de Acolhimento empresarial constantes do Plano de Recuperação e Resiliência, visava garantir áreas autossuficientes com melhorias de acesso internet e comunidades energéticas identificada para tal uma verba de cerca de 12 milhões de euros. -----

Uma Agenda Cultural Integrada deveria ser mais articulada na área dos municípios do que no quadro da CCDR, que tem a ver com os calendários dos 16 municípios em relação à articulação com outros eventos. -----

Em relação aos Portos Cruzeiros, houve uma operação estratégica de haver um Porto no Algarve que seria em Portimão, tem havido acompanhamento para haver avanço neste processo, que permitirá aumentar a dimensão das embarcações que aportam



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

este Porto 210 m para 272 m e triplicar o número de passageiros e aumentar o nível de embarcações e atividades náuticos com o Turismo Náutico.-----

O financiamento tem que ser garantido por parte do Estado até 2026, junto das diferentes entidades em articulação com as freguesias -----

As respostas sobre a Resiliência, explorada em articulação entre a Proteção Civil e os Municípios, podem ser feitas algumas intervenções em relação ao risco e à redução do risco. -----

Em relação ao Hospital Central tem a expectativa que seja através de uma parceria público-privada e com responsabilidade do Governo. -----

Respostas que possam ser executadas com Fundos Europeus nomeadamente de equipamentos, nomeadamente estruturas de proximidade, cuidados de saúde, Centros de Saúde, estruturas ligadas ao tratamento do cancro que não temos no Algarve, porque só existe uma estrutura em Lisboa e outra em Sevilha. -----

O Deputado **João Ferreira (PSD)**, colocou a questão à CCDR, se toda aquela água que não se aproveita, dos esgotos, que é tratada mas é jogada ao mar e paga-se uma taxa exemplificando com o concelho das Caldas da rainha que paga 50 mil euros/mês x 12 meses são 600 mil euros/ano, o que varia de concelho para concelho porque tem a ver com os caudais. Tem um custo ambiental e um custo económico. -----

Recomendou que se faça projetos para uma segunda rede de abastecimento, porque para ser regados campos de Golfe a água tem que ter uma determinada qualidade, embora não potável. Para apagar fogos ou para ser utilizada nos sanitários, não é necessária essa qualidade tão alta. De qualquer forma, seja qual for o investimento, existe tecnologia disponível, que não é assim tão cara, é preciso vontade e existem Fundos para isto. -----

Usou da palavra a Deputada **Núria Rey (PS)**, cumprimentando na pessoa do senhor Presidente, todos os presentes. -----

Começou por dizer que tinha ficado entristecida com o facto de apesar de tantos esforços que tem sido feito na atribuição de bolsas, na redução das propinas, que ainda não se conseguiu atingir a média nacional em termos de estudantes no ensino superior. Pode isto ter significado através de vários fatores, nomeadamente os valores irrisórios dos apoios que são pagos para habitação dos estudantes e a pouca oferta formativa da UALG. Com a redução das propinas e com o objetivo de se cobrir esse valor, as bolsas têm que mudar de conceito, porque não devem ser para cobrir o valor da propina, mas sim da habitação e dos custos associados. -----

Relativamente ao Algarve, a CCDR, poderia prezar pela união dos municípios que envolvem a Universidade para que esta questão, seja sensibilizada, exemplificando Faro que tem dos valores mais altos de renda de casa do país, sendo a construção de uma Residência Universitária era uma medida a adotar. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

d.
af
Blaz

Respondeu o **Presidente da CCDR, José Apolinário**, que em relação à questão da Universidade, há o problema de acesso em termos de mobilidade e o problema do custo de habitação e termos de alojamento. -----

Referiu que a Universidade, apresentou ao Plano de Recuperação e Resiliência, uma Proposta para 2 Residências Universitárias em Faro, dentro do Plano de Recuperação e Resiliência. A Proposta da CCDR de desenvolvimento de um sistema de Metrobus que faça, sistema intermodal que faça a ligação Loulé/Parque das Cidades/Universidade/Aeroporto/Faro/Olhão a construir de uma forma gradual é uma proposta que visa a partir do eixo do comboio o sistema intermodal. -----

Foi concedida a palavra ao **Presidente da Câmara**, agradeceu a presença esta noite da CCDR, a disponibilidade de responder a tantas questões colocadas, todas elas importantes para a nossa região, ficando na expectativa de que outras reuniões como esta possam vir a acontecer no futuro. -----

Está o dossier da questão da Revisão do PDM, importantíssimo documento de trabalho, estando a CCDR disponível para realizar as reuniões de trabalho que forem necessárias, para se chegar ao melhor documento possível que é esse o desejo de todos. -----

O **Presidente da CCDR, José Apolinário**, agradeceu as questões colocadas, referindo que está nestas funções com espírito de serviço público e de missão, numa sociedade democrática com diferentes opiniões dos diversos autarcas da região. O desafio que se coloca é fazer escolhas sobre as quais se possa responder nomeadamente os Fundos Europeus, para alguma transformação na região. -----

Para terminar, o **Presidente da Assembleia**, fez os agradecimentos finais pelos esclarecimentos das questões levantadas nas 21 intervenções dos Deputados, um trabalho profícuo com elevado número de questões. Agradeceu aos Deputados Municipais pelas questões colocadas. Agradeceu a disponibilização da informação antecipada da exposição, que em muito contribuiu para a participação dos Deputados. Informou que a data da próxima sessão extraordinária da Assembleia Municipal seria o dia 5 de agosto. -----

O **Presidente da Assembleia**, deu por terminada a sessão, e nada mais havendo a registar, foi lavrada a presente Ata, que depois de discutida e aprovada será assinada nos termos legais e regimentais.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

Sim Am



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

A 1ª SECRETÁRIA Fernando Pereira Marques

P/O 2º SECRETÁRIO Alke

CCDR ALGARVE

Loulé | 18.07.2022



Handwritten signature

Lei n.º 37/2020, de 17/08 Orgânica das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional

Missão e atribuições, art.º 2.º

1 - As CCDR têm por missão assegurar a coordenação e a articulação das diversas políticas sectoriais de âmbito regional, bem como executar as políticas de ambiente, de ordenamento do território e cidades, e apoiar tecnicamente as autarquias locais e as suas associações, ao nível das respetivas áreas geográficas de atuação.

2 - As CCDR têm ainda por missão executar a política de incentivos do Estado à comunicação social, ao nível das respetivas áreas geográficas de atuação, nos termos da lei.

3 - As CCDR prosseguem, no âmbito das circunscrições territoriais respetivas, as seguintes atribuições:

- a) Contribuir para a definição da política de desenvolvimento regional no quadro da política de desenvolvimento económico e social do País, dinamizando e participando nos processos de planeamento estratégico de base territorial, bem como fomentar parcerias entre agentes regionais, desenvolver estudos de articulação de políticas setoriais no espaço regional e elaborar programas integrados visando a coesão e a competitividade territoriais;
- b) Assegurar a articulação entre instituições da administração direta do Estado, autarquias locais e entidades equiparadas e dinamizar a cooperação inter-regional transfronteiriça, contribuindo para a integração europeia do espaço regional e para o reforço da sua competitividade, com base em estratégias de desenvolvimento sustentável de níveis regional e local;

in Lei n.º 37/2020, de 17/08



Missão e atribuições, art.º 2.º (cont.)

- c) Promover e garantir uma adequada articulação intersetorial entre os serviços desconcentrados de âmbito regional, em termos de concertação estratégica e de planeamento das intervenções de natureza ambiental, económica e social, numa ótica de desenvolvimento regional;*
- d) Apoiar tecnicamente as autarquias locais e as suas associações;*
- e) Executar, avaliar e fiscalizar, ao nível regional, as políticas de ambiente e de ordenamento do território;*
- f) Garantir a elaboração, acompanhamento e avaliação dos instrumentos de gestão territorial, assegurando a sua articulação com os instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional e regional;*
- g) Assegurar o cumprimento das responsabilidades de gestão que lhes sejam confiadas no âmbito da política de coesão da União Europeia em Portugal;*
- h) Dinamizar e promover, na respetiva região, as necessárias políticas públicas com o objetivo de contribuir para a sua competitividade económica e social e para a sustentabilidade.*
- i) Executar as medidas respeitantes à aplicação dos regimes de incentivos do Estado à comunicação social, bem como assegurar a fiscalização do respetivo cumprimento, nos termos da lei.*

Programa do XXIII Governo Constitucional

Democratizar a governação territorial

O Governo irá:

- Criar as condições necessárias para a concretização do processo de regionalização, mediante a realização de um referendo em 2024;*
- Harmonizar as circunscrições territoriais da Administração descentrada do Estado e proceder à integração nas CCDR dos serviços descentrados de natureza territorial, designadamente nas áreas da educação, saúde, cultura, ordenamento do território, conservação da natureza e florestas, formação profissional e turismo, bem como dos órgãos de gestão dos programas operacionais regionais e demais fundos de natureza territorial, sem prejuízo da descentralização de algumas destas competências para as comunidades intermunicipais e áreas metropolitanas;*

Lei n.º 4/2004, de 15/01

Princípios e normas a que deve obedecer a organização da administração direta do Estado

Partilha de atividades comuns, art.º 8.º

- 1 - Deve ser promovida a partilha de atividades comuns entre os serviços integrantes de um mesmo ministério ou de vários ministérios para otimização dos recursos.
- 2 - A partilha de atividades comuns não prejudica as competências próprias ou delegadas dos respetivos dirigentes máximos, podendo o seu funcionamento ser enquadrado por protocolos que estabelecem as regras necessárias à clara atuação de cada uma das partes.
- 3 - Este modelo de funcionamento abrange especialmente atividades de natureza administrativa e logística, designadamente:
 - a) Negociação e aquisições de bens e serviços;
 - b) Sistemas de informação e comunicação;
 - c) Gestão de edifícios;
 - d) Serviços de segurança e de limpeza;
 - e) Gestão da frota automóvel;
 - f) Processamento de vencimentos e contabilidade.
- 4 - Num mesmo ministério podem ser propostos outros modelos de funcionamento que consubstanciem os princípios de partilha de serviços. (...)

in Lei n.º 37/2020, de 17/08



Lei n.º 31/2014, de 30/05
Bases gerais de política pública de solos, do ordenamento do território e do urbanismo.

Direito ao ordenamento do território, art.º 5.º

Todos têm o direito a um ordenamento do território racional, proporcional e equilibrado, de modo a que a prossecução do interesse público em matéria de solos, ordenamento do território e urbanismo, se faça no respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos.

Classificação e qualificação do solo, art.º 10.º

- 1 — A classificação do solo determina o destino básico do solo, com respeito pela sua natureza, e assenta na distinção entre solo rústico e solo urbano.*
- 2 — Para efeitos do disposto no número anterior, entende -se por: a) «Solo rústico», aquele que, pela sua reconhecida aptidão, se destine, nomeadamente, ao aproveitamento agrícola, pecuário, florestal, à conservação, valorização e exploração de recursos naturais, de recursos geológicos ou de recursos energéticos, assim como o que se destina a espaços naturais, culturais, de turismo, recreio e lazer ou à proteção de riscos, ainda que seja ocupado por infraestruturas, e aquele que não seja classificado como urbano; b) «Solo urbano», o que está total ou parcialmente urbanizado ou edificado e, como tal, afeto em plano territorial à urbanização ou à edificação.*
- 3 — A classificação e reclassificação do solo como urbano traduzem uma opção de planeamento, nos termos e condições previstos na lei.*
- 4 — A qualificação do solo define, com respeito pela sua classificação, o conteúdo do seu aproveitamento por referência às potencialidades de desenvolvimento do território.*

*Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14/05
Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial*

Foi aprovada uma alteração ao artigo 199.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) através do Decreto-Lei n.º 45/2022, de 8 de julho, o qual determina a prorrogação dos prazos previstos para incluir, nos planos municipais ou intermunicipais, as regras de classificação e qualificação do solo previstas no referido regime jurídico.

O diploma prorroga não só o prazo final para conclusão do procedimento, até 31 de dezembro de 2023, como também o prazo para a realização da primeira reunião da comissão consultiva ou para a conferência procedimental, consoante o caso, até 31 de outubro de 2022.

A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized cursive name.

Ordenamento do território

Fonte: CCDR Algarve



MUNICÍPIO	INTEGRAÇÃO DAS NOVAS REGRAS DE CLASSIFICAÇÃO DO USO DO SOLO EM Situação em 14-06-2022	REALIZAÇÃO DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO CONSULTIVA OU CONFERÊNCIA PROCEDIMENTAL Prazo Intermediário 31-03-2022	AVISO DE INÍCIO DO PROCEDIMENTO DE DINÂMICA	GERAÇÃO DO PDM EM VIGOR	OBSERVAÇÕES À INTEGRAÇÃO NOS PDM
Albufeira	Não	Não	Aviso n.º 298/2022 de 06/01 (reabertura do Procedimento)	1ª	
Alcoutim	Não	Não	Aviso n.º 3557/2021 - Diário da República n.º 40/2021, Série II de 2021-02-26-Revisto do PDM	1ª	A entrega dos elementos para realização da 1.ª reunião da Comissão Consultiva está em curso prevendo-se a realização da mesma no final de julho.
Aljezur	Não	Não	Aviso (extrato) n.º 4539/2022 de 03/03	1ª	
Castro Marim	Não	Não	Edital n.º 960/2021, de 24.08	1ª	
Faro	Não	Sim	Aviso n.º 7311/2016 - Diário da República n.º 110/2016, Série II de 2016-06-08-prazo para revisão do PDM Aviso n.º 6613/2019 - Diário da República n.º 71/2019, Série II de 2019-04-10-Prorrogação prazo; Aviso n.º 7692_2022 de 13 de Abril - Declaração de não caducidade da Revisão do PDM Faro	1ª	Tem as duas reuniões da CC realizadas Em fase de concertação
Lagoa	Sim	Sim - concluído e publicado	não se aplica	2ª	Concluído e publicado Aviso n.º 16179/2021 de 26 de agosto
Lagos	Não	Sim	Aviso n.º 14862/2019-Alteração do PDM; Aviso n.º 14261/2021, de 28/07	2ª	Data da Conferência Procedimental da alteração do PDM - 29.03.2022. Encontra-se em fase de concertação
Loulé	Não	Não	Aviso n.º 4917/2018 - Diário da República n.º 72/2018, Série II de 2018-04-12-Revisto do PDM Aviso n.º 11407/2020 - Diário da República n.º 157/2020, Série II de 2020-08-06-Prorrogação do prazo	1ª	
Monchique	Não	Não	Edital n.º 902/2013 - Diário da República n.º 177/2013, Série II de 2013-09-13-Revisto do PDM	1ª	
Olhão	Não	Não	Aviso n.º 11386/2014, Diário da República n.º 197, Série II, de 2014-10-13 - Revisão do PDM; Aviso n.º 1035/2022 de 17/01 (novo procedimento)	1ª	
Portimão	Não	Não	Aviso n.º 10334/2016 - Diário da República n.º 159/2016, Série II de 2016-08-19-reabertura do procedimento revisão Aviso n.º 5334/2018 - Diário da República n.º 77/2018, Série II de 2018-04-19-Prorrogação do prazo Aviso n.º 3110/2020-reabertura do processo; Aviso n.º 16187/2021, de 26.08	1ª	
São Brás de Alportel	Não	Não	Aviso n.º 6767/2017 - Diário da República n.º 115/2017, Série II de 2017-06-16-reabertura procedimento de revisão Aviso n.º 6100/2020 - Diário da República n.º 72/2020, Série II de 2020-04-13-Prorrogação do prazo	1ª	
Silves	Sim	Sim - concluído e publicado	não se aplica	2ª	Concluído e publicado Aviso n.º 33/2021 de 4 de janeiro
Tavira	Não	Não	Aviso n.º 2659/2016 - Diário da República n.º 41/2016, Série II de 2016-02-29-prazo para revisão do PDM Aviso n.º 3107/2019 - Diário da República n.º 40/2019, Série II de 2019-02-26-Prorrogação do prazo; Aviso n.º 3966/2022 de 23/02 (reabertura do procedimento)	1ª	Data da 1ª reunião da Comissão Consultiva - 31.03.2022
Vila do Bispo	Não	Não	Aviso n.º 7297/2019 - Diário da República n.º 80/2019, Série II de 2019-04-24-Revisto do PDM; Edital n.º 995/2021, de 02.09	1ª	
Vila Real de Sto Antão	Não	Não	Edital n.º 714/2020-Revisto do PDM	1ª	

Evolução do número de Estudos de Impacte Ambiental analisados pela CCDR Algarve

AIA's	2017	2018	2019	2020	2021	2022 (21 de junho)
CCDR	4	11	13	11	9	7
APA		1	7	4	6	2
	4	12	20	15	15	9

A CCDR Algarve é autoridade de AIA nos projetos e ações a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 8.º do RJAIA.

A handwritten signature in blue ink, located in the bottom right corner of the page.



COESÃO TERRITORIAL

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve

Despacho n.º 7582/2021

Sumário: Aprovação do Código de Ética e Conduta da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve.

Por meu despacho de 16 de junho de 2021, aprovado o Código de Ética e Conduta da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, no quadro das boas práticas de transparência na Administração Pública. Mais foi solicitado que o referido Código de Ética e Conduta fosse disponibilizado no sítio internet institucional, comunicado a todas e todos os colaboradores, publicado no *Diário da República* e informado o Gabinete do Ministério da Coesão Territorial e Inspeção Geral de Finanças.

2 de julho de 2021. — O Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, *José Apolinário Nunes Portada*.

ANEXO

Código de Ética e Conduta

1 — Razão

O Código de Ética e Conduta da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR Algarve) reflete os valores da Administração Pública eficiente, transparente e inovadora, consistente nos desafios de sustentabilidade, capaz de prestar serviços públicos adequados às necessidades reais dos cidadãos e das entidades com quem os serviços se relacionam e de acompanhar a evolução das exigências da vida em sociedade. No quadro de normas de conduta a prosseguir, os dirigentes e seus trabalhadores, na sua relação profissional e nas relações internas, devem balizar a sua atuação com oportunidade, relevância e qualidade do seu serviço através de exigentes comportamentos éticos e deontológicos conhecidos por todos e constituindo uma referência reconhecida pelo público.

1.1 — Objetivos

O presente código de ética e de conduta tem por objetivos:

Orientar os trabalhadores sobre o comportamento expectável em matéria de integridade no exercício das suas funções profissionais, designadamente nas relações entre trabalhadores e com os clientes da CCDR Algarve, estabelecendo para o efeito um conjunto de regras de natureza ética e deontológica.

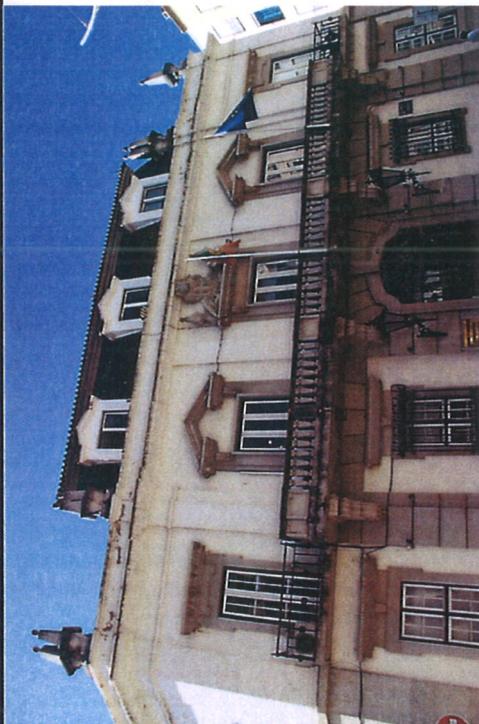
Contribuir para a afirmação da imagem institucional de organização ao serviço do interesse público baseado no rigor, eficiência e competência e de integridade da CCDR Algarve e dos seus trabalhadores.

1.2 — Âmbito de Aplicação

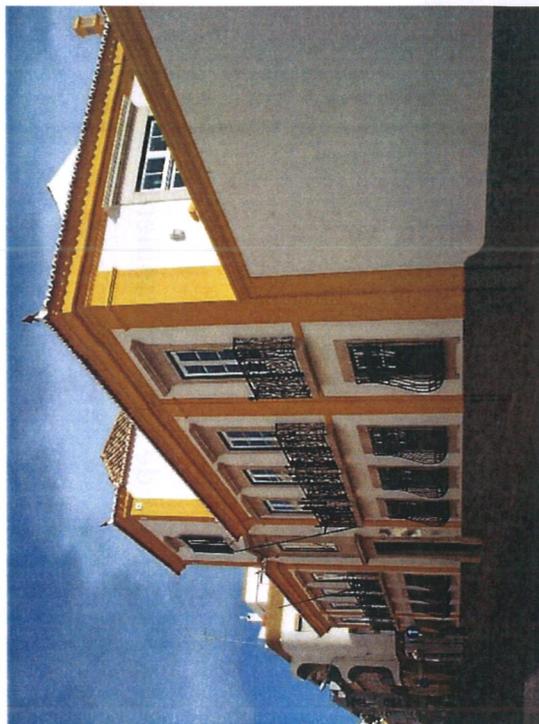
O Código de Ética e Conduta aplica-se aos trabalhadores da CCDR Algarve, independentemente do seu vínculo contratual, função ou posição hierárquica.

São considerados trabalhadores da CCDR Algarve, para efeitos da aplicação do presente código de ética e conduta, todos os que integram o seu mapa de pessoal e nela prestam efetivo serviço, bem como os que se encontram em mobilidade interna, peritos, consultores, estagiários, prestadores de serviços, na medida em que contribuem, uns e outros, para a prossecução da sua missão.

Os trabalhadores do Programa Operacional Regional do Algarve (POR), no âmbito do exercício das suas funções na Autoridade de Gestão, estão sujeitos também ao Código de Ética e Conduta do POR.

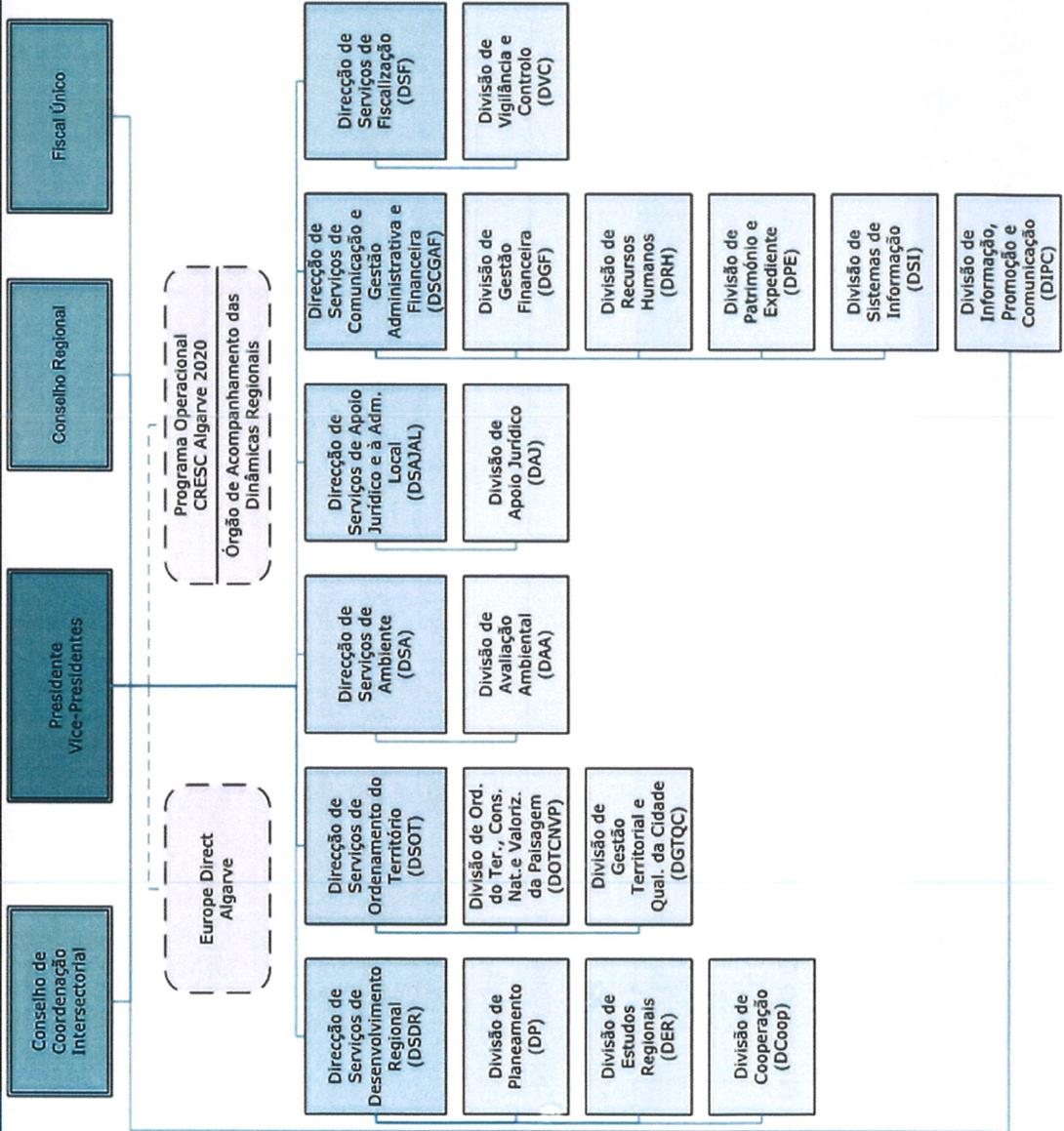


CCDR Algarve (Edifício Sede)



Palacete Dogliani (Ordenamento e Ambiente)

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve Estrutura Orgânica



[Handwritten signature]

*Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve
Colaboradores*

Número de colaboradores:

Unidade Orgânica	Feminino	Masculino	TOTAL
Presidência	1	2	3
Apoio Presidência	2	0	2
Direção de Serviços de Ambiente	7	3	10
Direção de Serviços de Ordenamento do Território	11	5	16
Direção de Serviços de Comunicação e Gestão Administrativa e Financeira	11	8	19
Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional	9	3	12
Direção de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local	7	4	11
Direção de Serviços de Fiscalização	0	1	1
Órgão das Dinâmicas Regionais	2	2	4
Programa Operacional	23	5	28
Divisão de Sistemas de Informação	1	2	3
Divisão de informação, Promoção e Comunicação	1	2	3
TOTAL	75	37	112

Unidade Orgânica	N.º Licenciados
Presidência	3
DSA	4
DSA - DAA	2
DSOT	3
DSOT - DGTQC	4
DSOT - DOTCNVP	6
DSCGAF	1
DSCGAF - DRH	1
DSCGAF - DPE	1
DSCGAF - DGF	4
DSCGAF - DSI	3
DSDR	3
DSDR - DC	3
DSDR - DER	1
DSDR - DP	2
DSAJAL	3
DSAJAL - EMAJ	3
DSF - DVC	1
OADR	3
PO	4
PO - Transversal	3
PO - Controlo	3
PO - FSE	3
PO - Incentivos	4
PO - Públicos	5
DIPC	2
Total	75

No que concerne à formação ministrada nos últimos 2 anos, realçam-se, no âmbito do Plano de Formação da CCDR Algarve, as ações nas seguintes áreas:

- Código do Procedimento Administrativo: o CPA de 2015 e a revisão de 2020
- Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial
- Direito dos Contratos Públicos: as alterações ao CCP e Medidas Especiais de Contratação Pública
- Desmaterialização de Procedimentos Administrativos e Gestão Documental

O programa de formação teve como destinatários os colaboradores da CCDR bem como das Autarquias Locais, Serviços descentralizados da Administração Pública e Forças de Segurança.

Ação de Formação	Datas	N.º Participações Internas	N.º de Participações Externas
Princípio e Garantias de Imparcialidade (3 horas)	fevereiro 2021	52	68
Conferências Procedimentais (3 horas)	fevereiro 2021	50	85
Código do Procedimento Administrativo: o CPA de 2015 e a revisão de 2020 (21 horas)	março/maio 2021	25	10
Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (21 horas)	junho/outubro 2021	28	12
Código do Procedimento Administrativo: o CPA de 2015 e a revisão de 2020 (21 horas)	setembro/novembro 2021	36	12
Direito dos Contratos Públicos: as alterações ao CCP e Medidas Especiais de Contratação Pública (21 horas)	novembro 2021	26	0
Direito dos Contratos Públicos: as alterações ao CCP e Medidas Especiais de Contratação Pública (21 horas)	março 2022	17	15
Código do Procedimento Administrativo: o CPA de 2015 e a revisão de 2020 (21 horas)	maio 2022	21	23
Total		255	225



at
d.

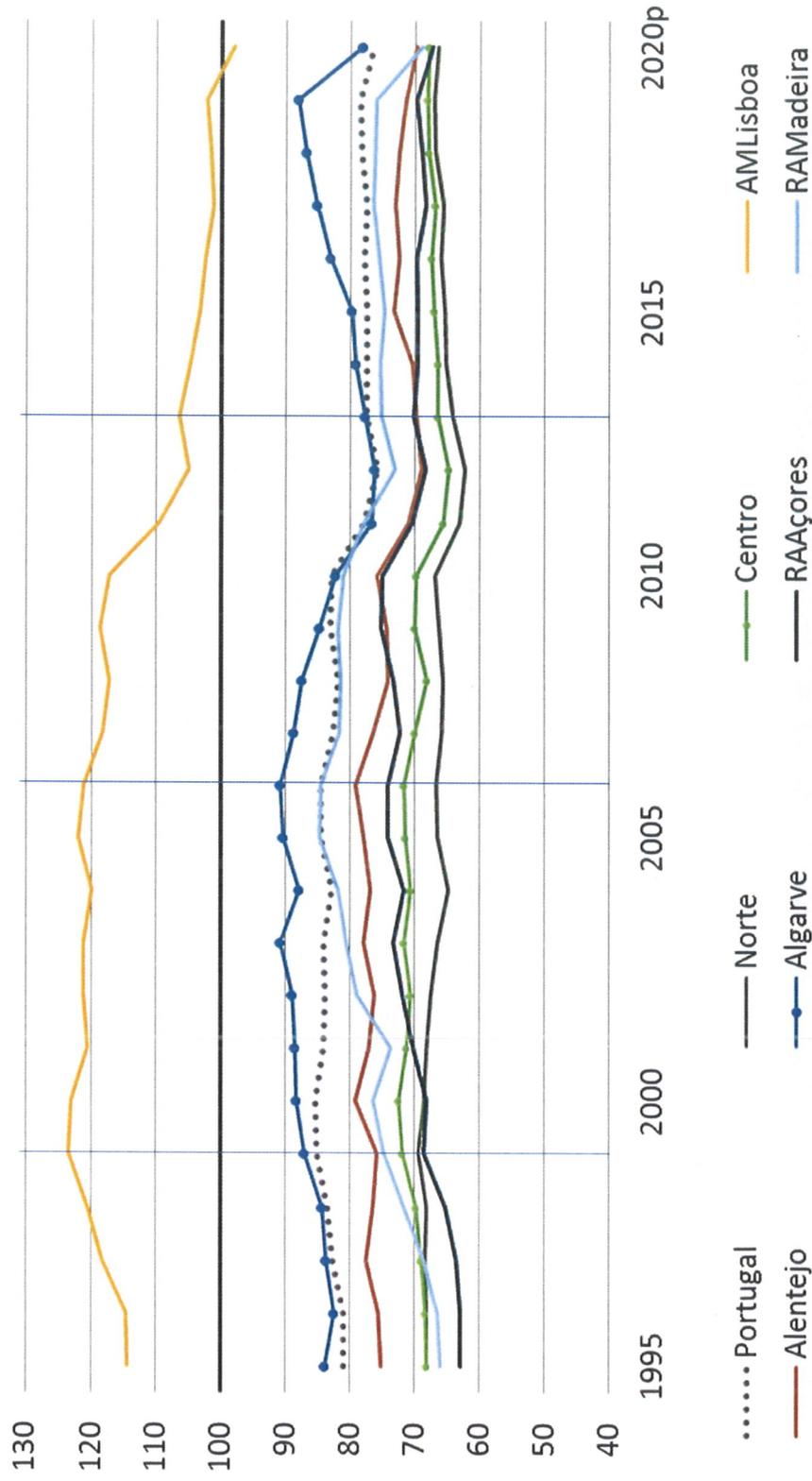
CCDR ALGARVE

Algarve em Números



PIB per capita em PPC (UE27=100)

Fonte: INE



Handwritten signature and initials in blue ink.

Handwritten signature



Algarve. PIB per capita em PPC (UE27=100)

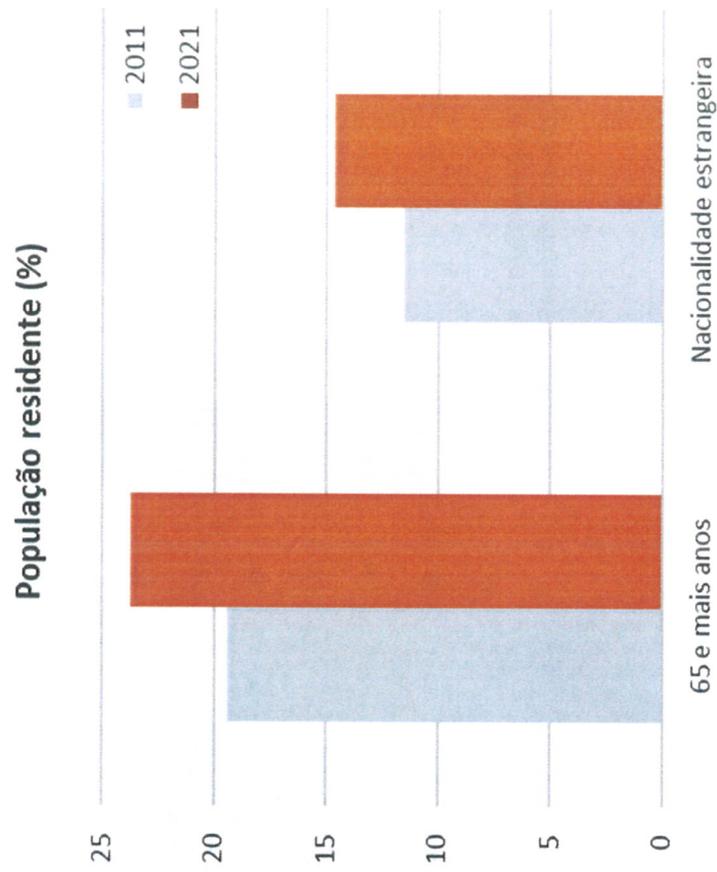
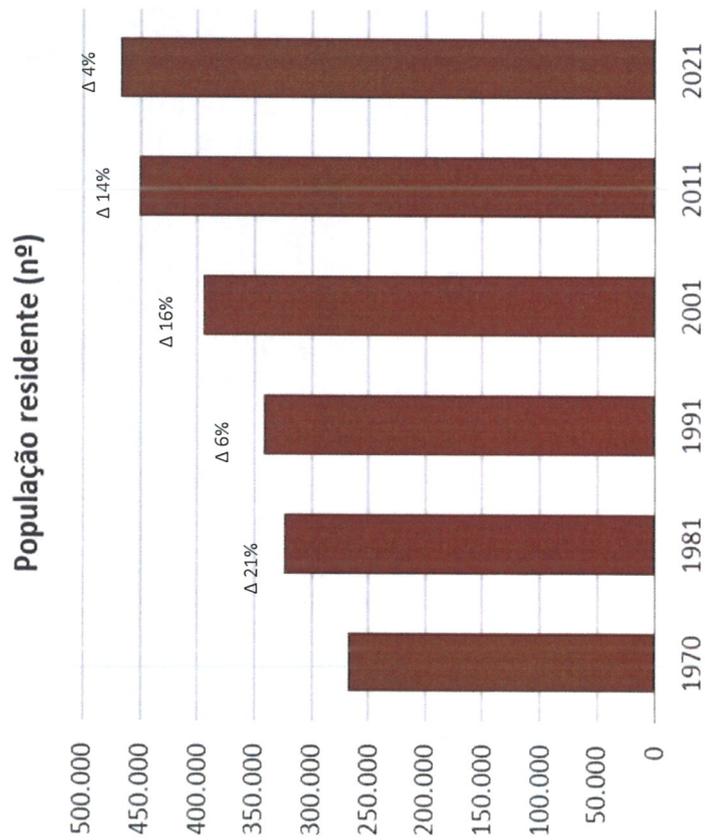
Fonte: INE

QCA II	1994*	1999	QCA III	2000	2006	QREN	2007	2013	PT2020	2014	2019	2020
	84	87	88	88	91	89	89	78	79	88	78	78
		+3			+3			-11			-1	-10

* valor de 1995

População residente

Fonte: INE



Handwritten signature

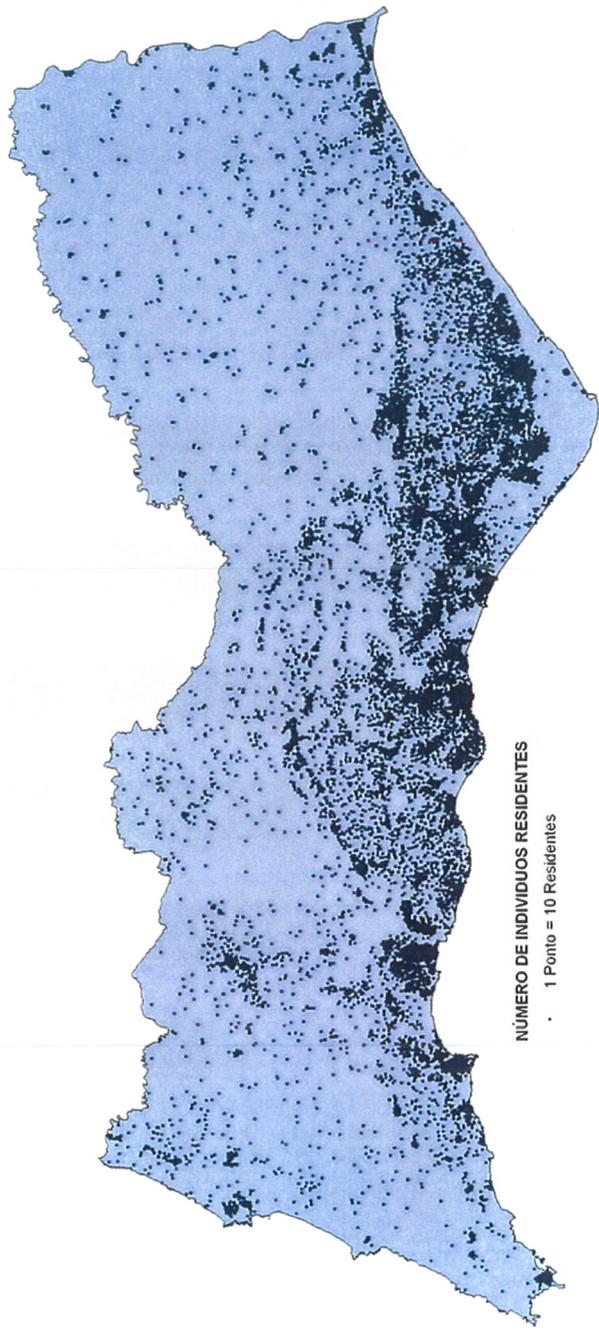
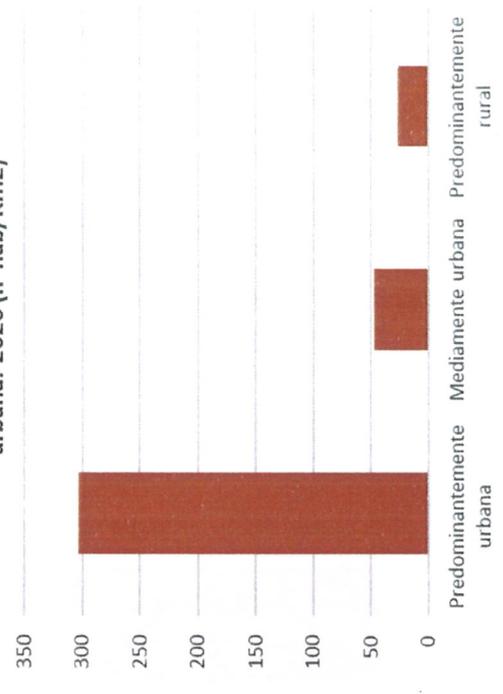
af
2

Densidade populacional

Fonte: INE



Densidade populacional por tipologia área urbana. 2020 (nºhab/Km2)

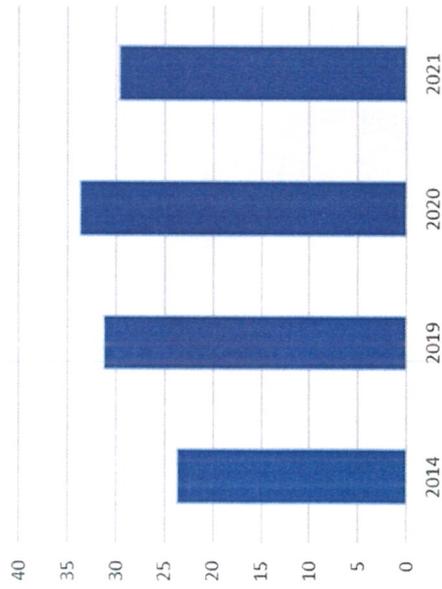


Pilar Europeu dos Direitos Sociais

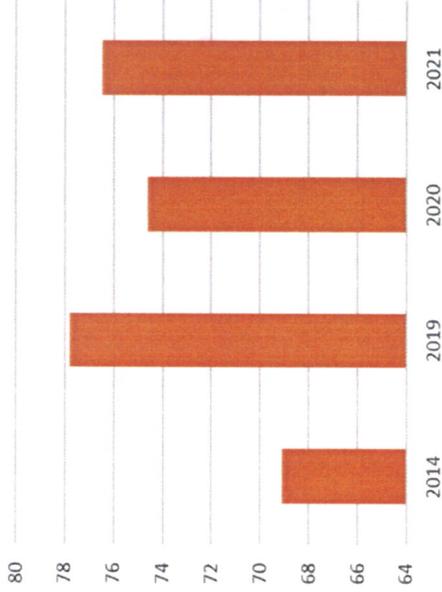
Fonte: INE



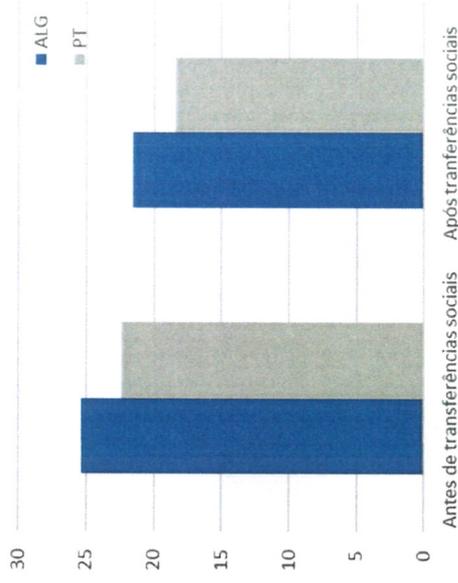
População 30-34 anos com ensino superior (%)



Taxa de emprego 20 - 64 anos (%)



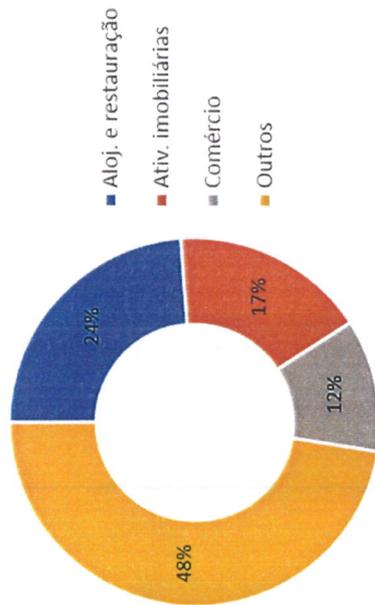
Taxa de risco de pobreza 2021p (%)



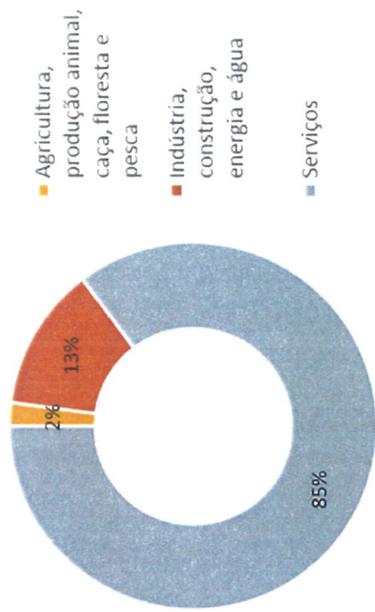
Perfil produtivo

Fonte: INE

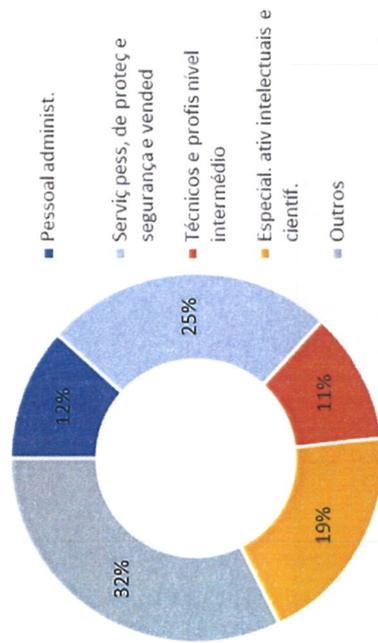
VAB 2019



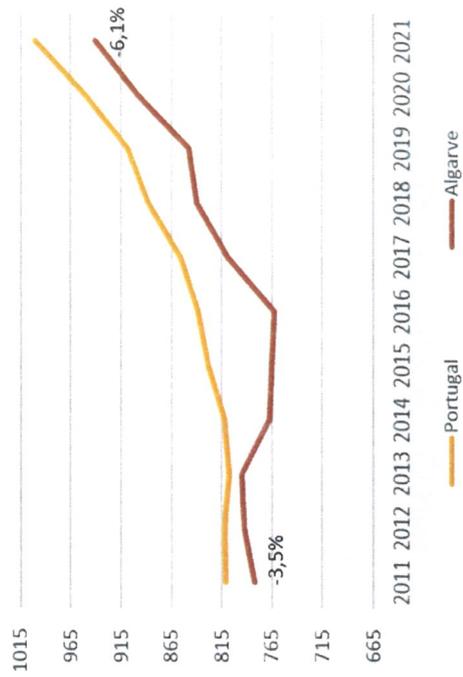
População empregada por setor. 2021



População empregada, por profissão. 2021



Rendimento méd. mensal líq. pop. empregada por conta de outrem (euros)

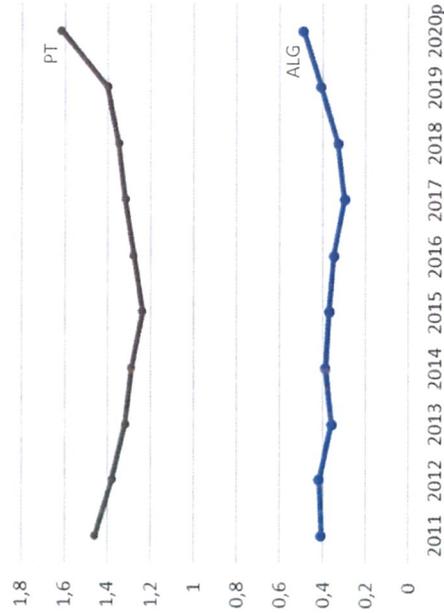


Investimento em I&D

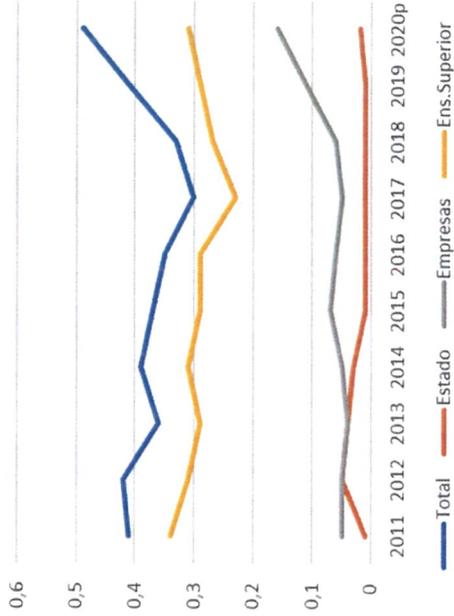
Fonte: DGEEC / INE



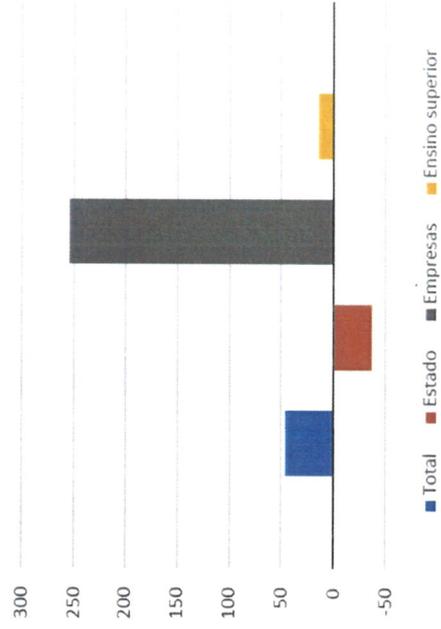
Despesa em I&D em percentagem do PIB (%)



Despesa em I&D em percentagem do PIB (%)



Despesa em I&D a preços correntes. Tx variação 2020-2014 (%)



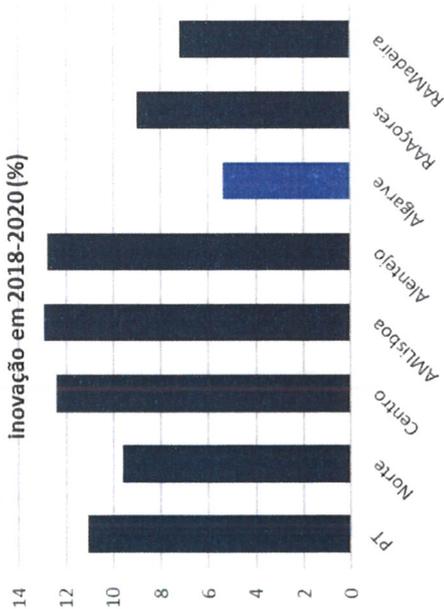
Handwritten signature

Inovação empresarial

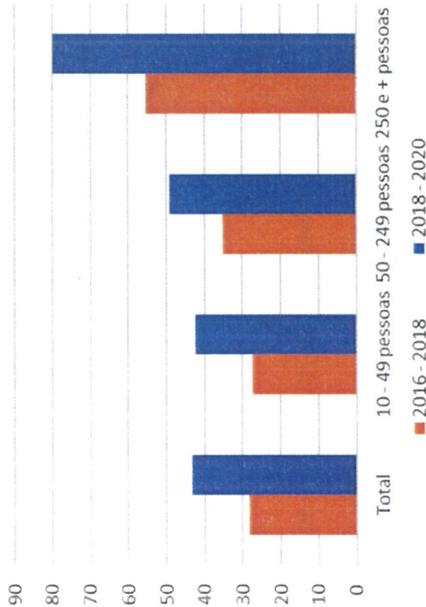
Fonte: Inquérito comunitário à inovação, DGEEC



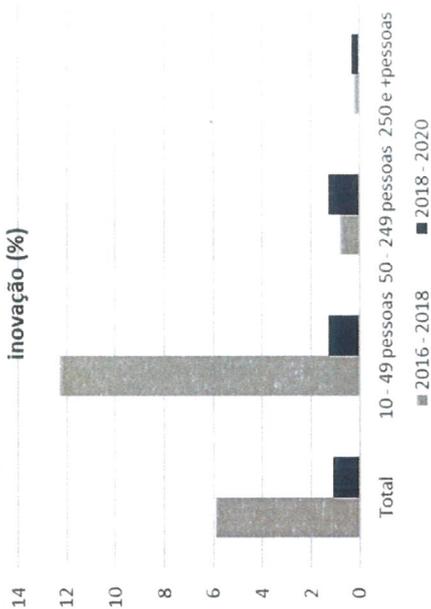
Empresas com ativ. de inovação com 10 e +
pessoas ao serviço com cooperaç para a
inovação em 2018-2020 (%)



Empresas com 10 e + pessoas ao serviço com
atividades de inovação (%)

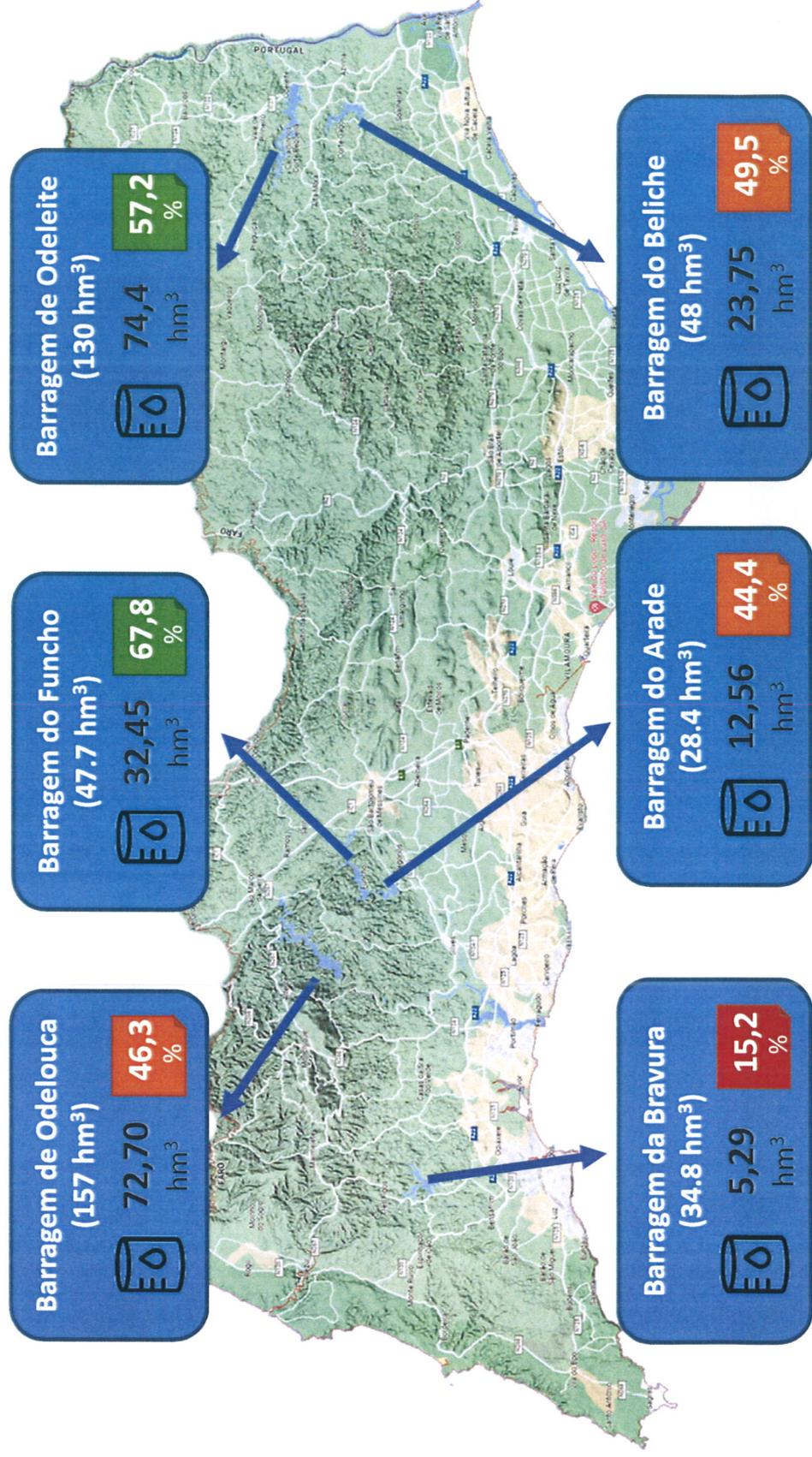


Intensidade de inovação das empresas com 10
e + pessoas ao serviço com atividades de
inovação (%)



Disponibilidade hídrica superficial (9 maio 2022)

Fonte: APA-ARH Algarve



Handwritten signature

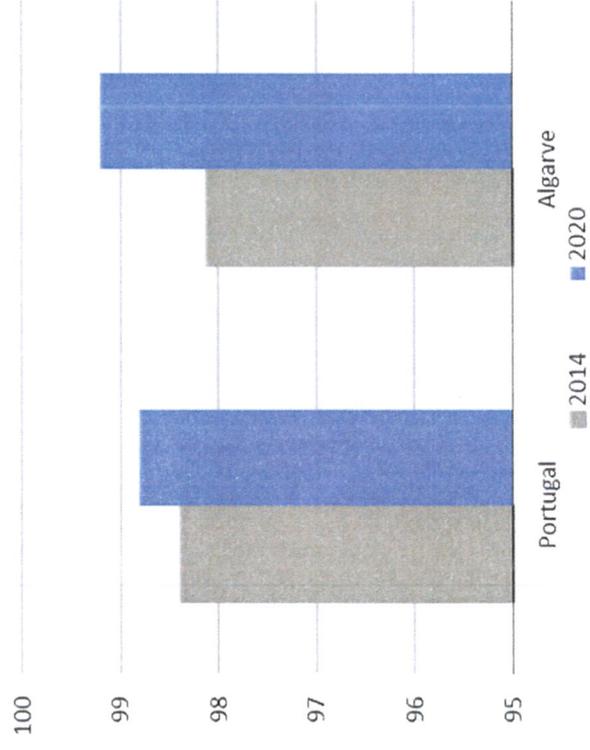
Handwritten signature

Ambiente e economia circular

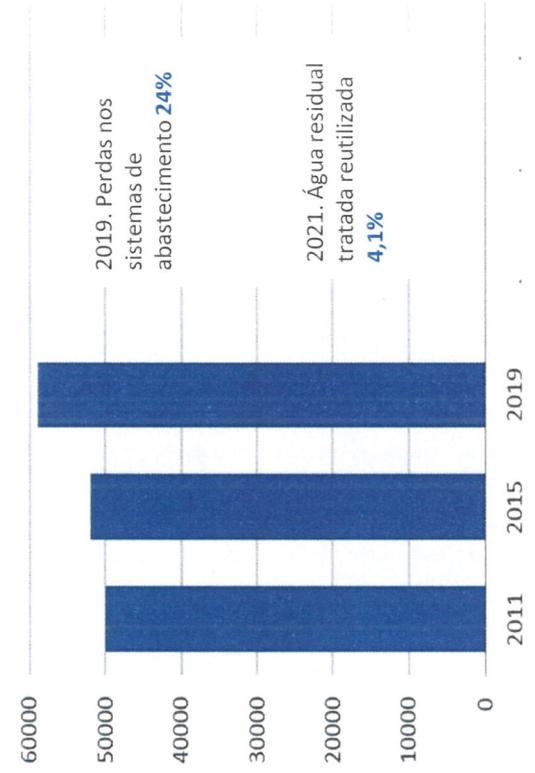
Fonte: APA / INE



Água segura (%)



Água distribuída (1000 m3)

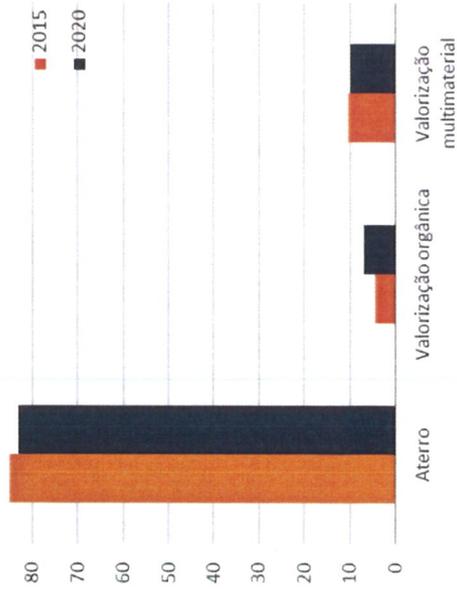


Ambiente e economia circular

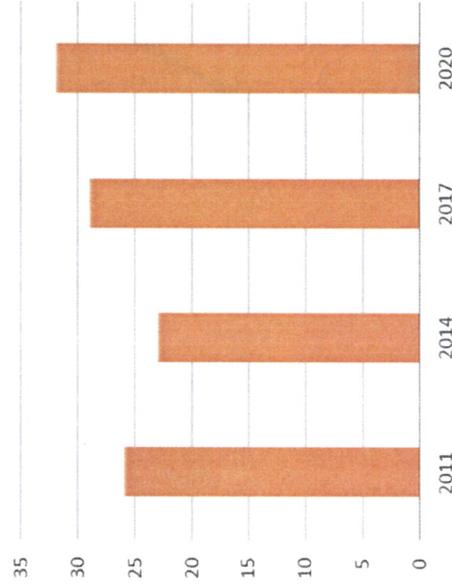
Fonte: APA / INE



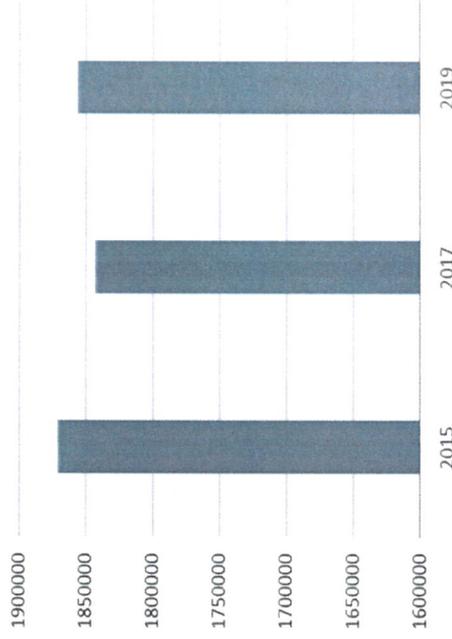
Resíduos urbanos geridos, por destino (%)

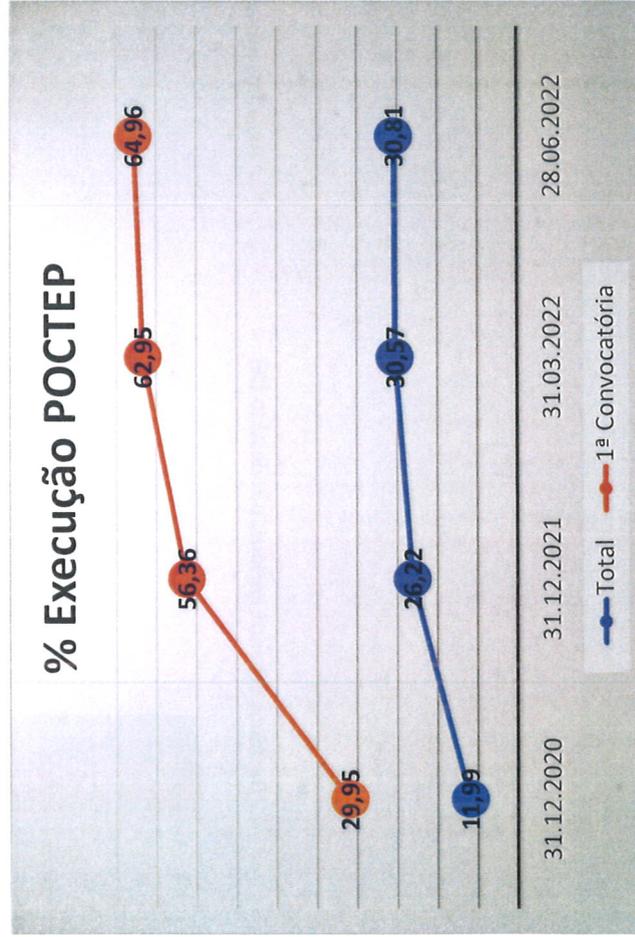


Resíduos urbanos recolhidos seletivamente (%)

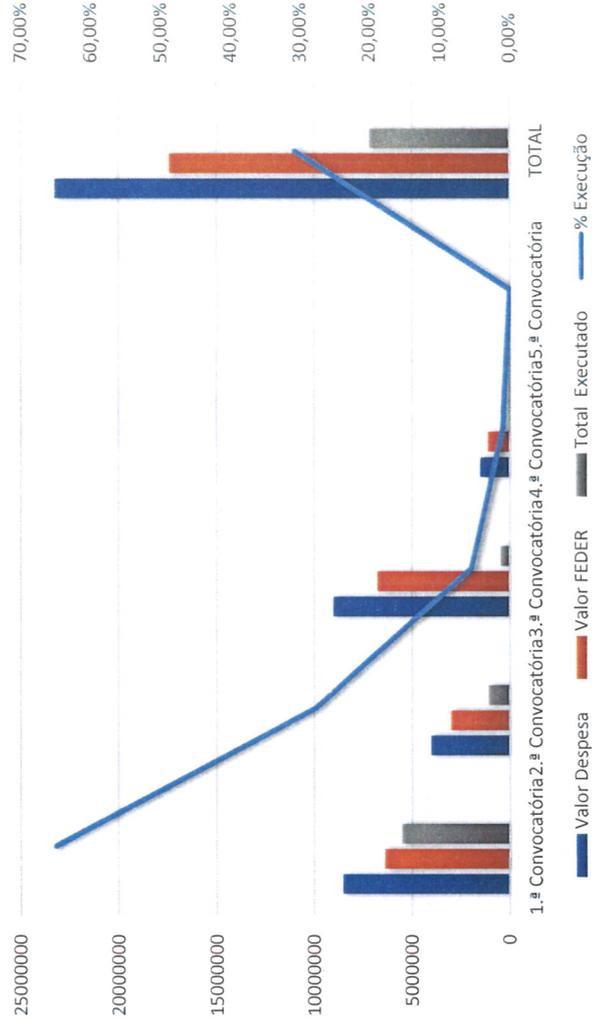


Emissão de GEE (t CO2 eq)



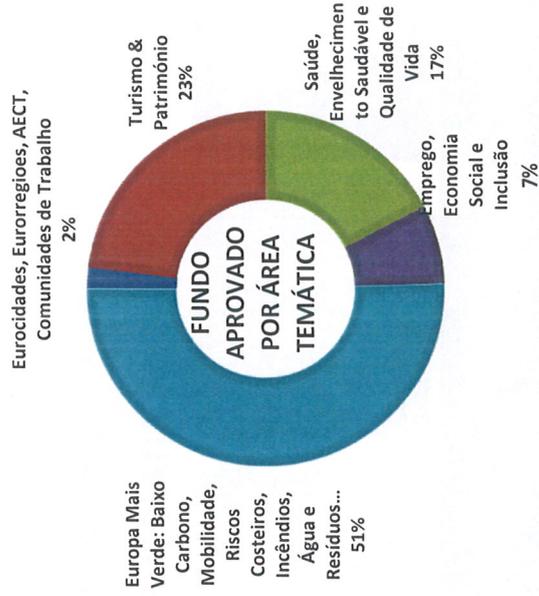
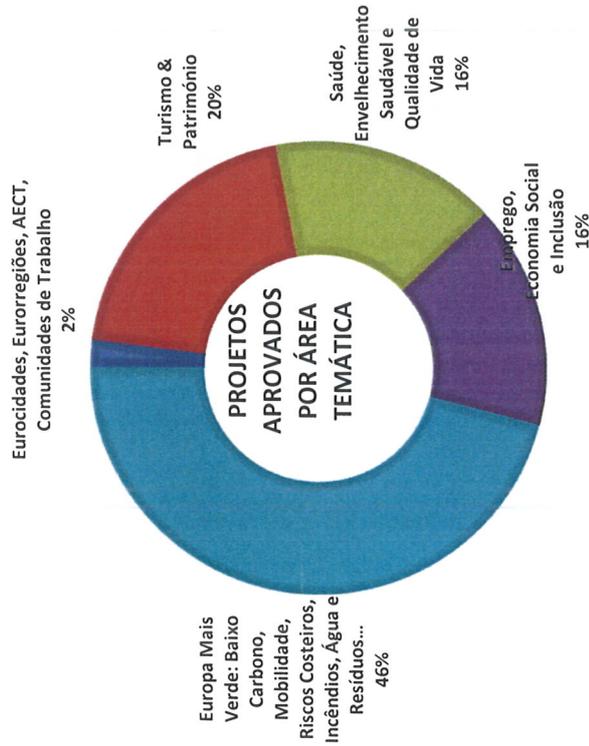
Execução Interreg POCTEP por convocatória



POCTEP ESTRATEGIA COMUM DE DESENVOLVIMENTO TRANSFRONTEIRIÇO



	Despesa Total	FEDER
Eixo 1 – Crescimento inteligente através da cooperação transfronteiriça para a promoção da inovação	8 833 336,76 €	6 625 002,62 €
Eixo 2 – Crescimento inclusivo através da cooperação transfronteiriça para a competitividade	3 886 679,53 €	2 877 509,66 €
Eixo 3 – Crescimento sustentável através da cooperação transfronteiriça para a prevenção de riscos e melhor gestão dos recursos naturais	8 885 662,77 €	6 664 247,09 €
Eixo 4 – Melhoria da capacidade institucional e a eficiência da administração pública através da cooperação transfronteiriça	1 700 639,64 €	1 275 479,73 €
TOTAL	23 256 318,71 €	17 442 239,10 €



[Handwritten signature]

PO CRESC ALGARVE 2020 | Compromisso e Execução



1555
Projetos aprovados

610M€
Custo total elegível

345M€
Fundo aprovado

212M€
Fundo pago

108%
Taxa de compromisso

65%
Taxa de execução

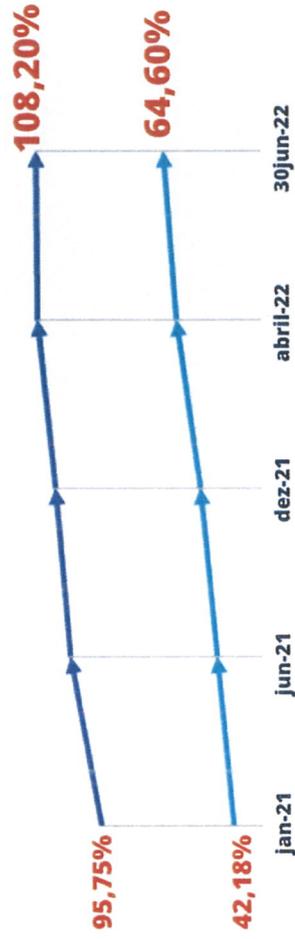
30/06/22

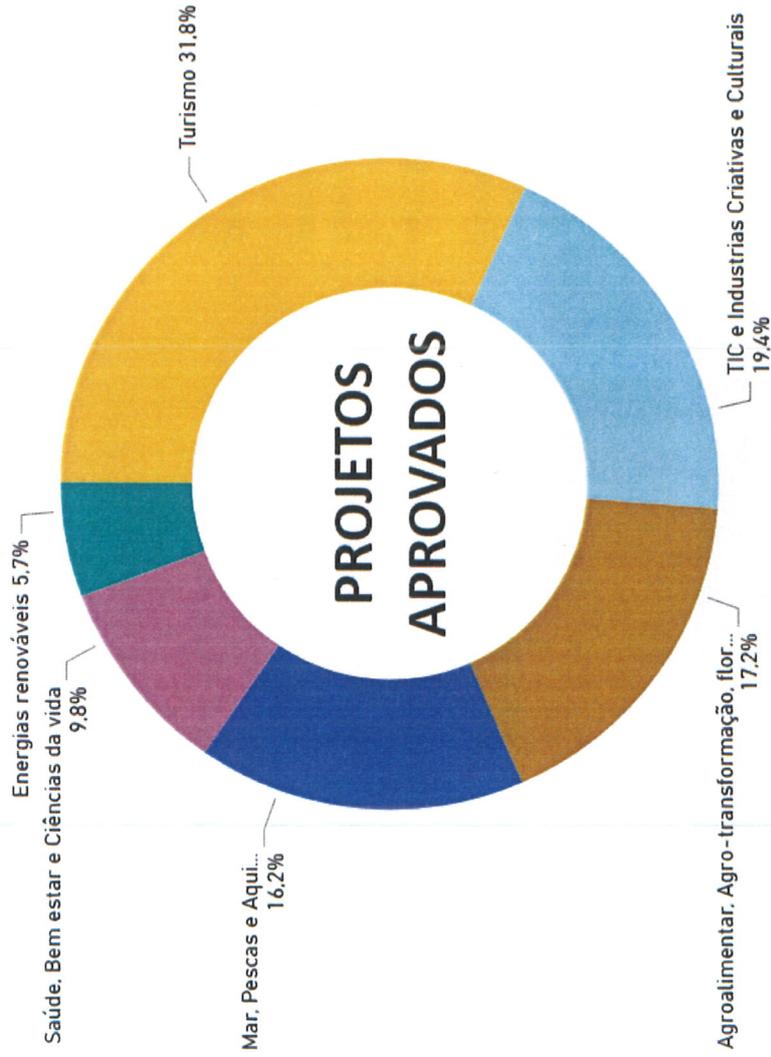
FUNDOS EUROPEUS CRESC ALGARVE 2020

REGIÃO DO ALGARVE
AUMENTA EXECUÇÃO
DOS
FUNDOS EUROPEUS

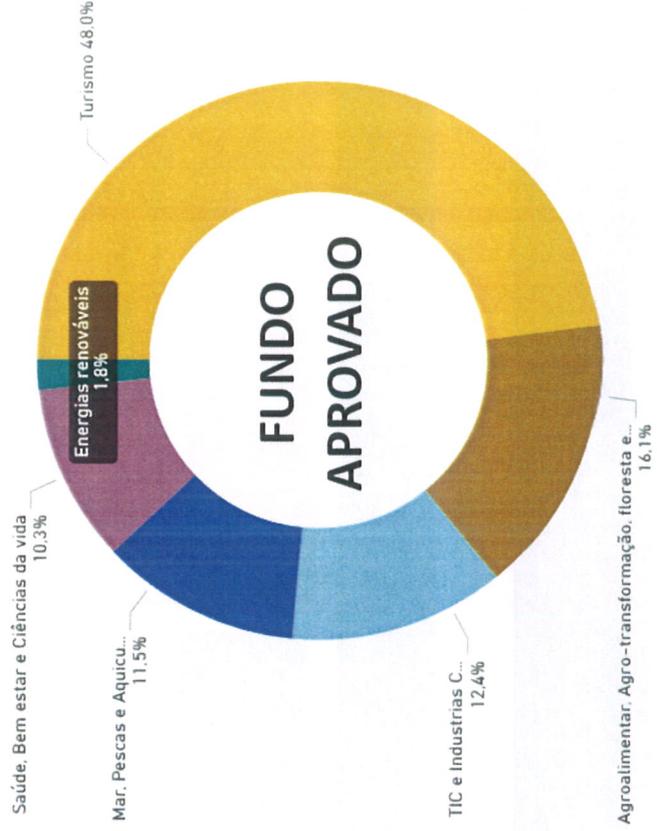
→ PO 2020 Tx Execução

→ PO 2020 Tx Compromisso





Domínios RIS3 Algarve	Nº Operações	Aprov Elegível	Incentivo Aprov
Turismo	185	107,9 M€	54,2 M€
TIC e Industrias Criativas e Culturais	113	27,2 M€	14,0 M€
Agroalimentar, Agro-transformação, floresta e Biotecnologia Verde	100	36,3 M€	18,2 M€
Mar, Pescas e Aquicultura	94	21,3 M€	13,0 M€
Saúde, Bem estar e Ciências da vida	57	24,6 M€	11,6 M€
Energias renováveis	33	3,6 M€	2,0 M€
Total	426	220,9 M€	113,0 M€



Handwritten signature

Sustentabilidade

Pessoas

- Atenuação de dinâmicas demográficas desiguais
- Reforço das qualificações alinhadas com EREI e desafios societais
- Emprego sustentável e digno
- Inclusão e inovação social
- Coesão, igualdade e inovação na provisão de SIG

Empresas

- Consolidação do sistema regional de inovação
- I&DT focado nos recursos endógenos
- Fomento de processos digitais, descarbonizados e circulares
- Diversificação inteligente da economia e descoberta empreendedora
- Valorização e requalificação sustentável do turismo

Território

- Resiliência a riscos e impactos das alterações climáticas
- Descarbonização da mobilidade
- Gestão eficiente dos recursos (água, energia, resíduos)
- Qualificação dos ativos territoriais, biodiversidade e recursos endógenos
- Articulação urbano-rural

Competitividade

780,3 M€

224,70 M€ FEDER

**Objetivos Específicos
(OE)**

- 1.1 Reforçar as capacidades de investigação e inovação e a adoção de tecnologias avançadas
- 1.2 Aproveitar as vantagens da digitalização para os cidadãos, as empresas e os governos
- 1.3 Reforçar o crescimento e a competitividade das PME e a criação de emprego nas PME
- 1.4 Desenvolver competências para a especialização inteligente, a transição industrial e o empreendedorismo
- 1.5 Promover a conectividade digital



368,20 M€ FEDER

**Objetivos Específicos
(OE)**

- 2.1 Promover a eficiência energética e redução das emissões de gases de efeito estufa
- 2.2 Promover as energias renováveis
- 2.4 Promover a adaptação às alterações climáticas, a prevenção dos riscos e a resiliência a catástrofes
- 2.5 Promover a gestão sustentável da água
- 2.6 Promover a transição para uma economia circular
- 2.7 Reforçar a proteção da natureza e a biodiversidade, as infraestruturas verdes e reduzir a poluição
- 2.8 Promover a mobilidade urbana multimodal sustentável

92 M€ FSE + 22 M€ FEDER

**Objetivos
Específicos
(OE)**

4.1 Acesso ao emprego para todos os candidatos a emprego (+Coeso)

4.4 Promover a adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança, o envelhecimento ativo e saudável e um ambiente de trabalho saudável e bem adaptado capaz de prevenir riscos para a saúde (RHAQ)

4.6 Promover a igualdade de acesso e a conclusão da educação e formação inclusiva e de qualidade (até ao ensino superior) TESP

4.7 Aprendizagem ao longo da vida, requalificação e melhoria de competências, transições de carreiras e a mobilidade

4.8 Inclusão ativa, igualdade oportunidades, não discriminação, participação ativa e melhoria da empregabilidade (grupos vulneráveis)

4.11 Integração social das pessoas em risco de pobreza ou de exclusão social, incluindo as mais carenciadas e as crianças

4.ii Melhorar o acesso equitativo a serviços inclusivos e de qualidade na educação, na formação e na aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento de infraestruturas acessíveis, nomeadamente através da promoção da resiliência no que diz respeito à educação e formação à distância e em linha

4.v Garantir a igualdade de acesso aos cuidados de saúde, fomentar a resiliência dos sistemas de saúde, inclusive dos cuidados de saúde primários, e promover a transição dos cuidados institucionais para os cuidados centrados na família e de proximidade

4.vi Reforçar o papel da cultura e do turismo sustentável no desenvolvimento económico, na inclusão social e na inovação social



[Handwritten signature]



PO Algarve 2030 | Objetivo de Política 5 – Um Algarve mais próximo das pessoas

53,4 M€ FEDER

Objetivos Específicos (OE)	
	<p>5.1 Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas urbanas</p>
	<p>5.2 Promover, nas zonas não urbanas, o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo a nível local, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança</p>